

Edital 34/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
34/2024	380852-ESP - PENITENCIÁRIA DE TAIÚVA	JOSE FABIANO MOUTIN	06/12/2024 19:08 (v 2.0)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		006.00456435/2024-21

1. Do objeto

PREGÃO ELETRÔNICO

90037/2024

CONTRATANTE (380852)
PENITENCIÁRIA DE TAIÚVA - TAIÚVA-SP
(380852)

OBJETO

PROCESSO 90037/2024 - AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS HORTIFRUTIGRANJEIRO, COM ENTREGA PARCELADA PARA CONSUMO DA PENITENCIÁRIA DE TAIÚVA NO PERÍODO DE JANEIRO A ABRIL DE 2.025.

VALOR

TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 327.542,00 (trezentos e vinte e sete mil quinhentos e quarenta e dois reais)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 23/12/2024 às 09h00 (horário de Brasília)

Critério de Julgamento:

Menor preço

Modo de disputa:

Aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

PENITENCIÁRIA DE TAIÚVA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90037/2024

(Processo Administrativo nº 006.00456435/2024-21)

Torna-se público que o(a) PENITENCIÁRIA DE TAIÚVA, por meio do Centro Administrativo, sediado a Estrada Municipal 227 acesso a Rodovia Brigadeiro Faria Lima, SP 326 - KM 359,6 metros, no município de Taiúva-SP, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é aquisição de **Gêneros Alimentícios Hortifrutigranjeiro com entrega parcelada para o consumo da PENITENCIÁRIA DE TAIÚVA no período de janeiro a abril de 2025** conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. *A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.*

2. Do registro de preços

2. Do registro de preços

2.1. A disciplina deste item 2 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

3. Da participação na licitação

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.3. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.4. Nos limites previstos no art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, e na Lei Complementar nº 123, de 2006, serão observadas, caso aplicáveis, as regras de tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007, e no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, para o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual – MEI.

3.5. Em relação às regras aplicáveis à presente licitação concernentes a tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, observa-se que:

3.5.1. Para todos os itens a participação é exclusiva a microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de

2007, e no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021 (se admitida a participação de cooperativas neste item 3.10), nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

3.5.2. O Tratamento favorecido a que se refere a subdivisão acima fica limitado às microempresas, às empresas de pequeno porte e às cooperativas (se admitida a participação de cooperativas no item 3.10) que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.9. aquele que não tenha representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

3.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.7.1. A vedação de participação de agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante de que trata o subitem anterior estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.8. O impedimento decorrente de imposição de sanção de que trata o subitem 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. No que concerne aos subitens 3.6.2 e 3.6.3, equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.10. Não poderão disputar esta licitação sociedades cooperativas, tendo em vista o disposto no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, e no art. 5º da Lei nº 12.690, de 2012.

3.11. Não poderão disputar esta licitação pessoas jurídicas reunidas em consórcio.

4. Da apresentação da proposta e dos documentos de habilitação

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.1.1. As disposições deste Edital que tratam especificamente da forma de realização da fase de habilitação são aplicáveis na hipótese em que a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento (caso assim definido no subitem 4.1), se ausente previsão expressa em sentido diverso. Como exceção a essas disposições, na hipótese em que seja adotado procedimento com fase de habilitação antecedente (caso assim definido no subitem 4.1), segue-se disciplina específica neste Edital conforme disposições que contêm previsão expressa de aplicação a essa última hipótese.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.2.1. Caso seja definido no subitem 4.1 que a fase de habilitação antecederá a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no subitem anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto (conforme o critério de julgamento definido no início deste Edital), admitindo-se que a documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira seja substituída pelo registro cadastral no Sicafe, e observado o disposto no inc. III do art. 63 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.5. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.5.1. Caso seja definido no item 4.1 que a fase de habilitação antecederá a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.6. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.6.1. Caso seja definido no item 4.1 que a fase de habilitação antecederá a fase de apresentação de propostas e lances, não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.7. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.8. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo (conforme a alternativa adequada ao critério de julgamento definido no início deste Edital, correspondendo ao menor preço ou maior desconto, respectivamente) quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.8.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.8.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata a subdivisão acima.

4.9. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.9.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando definido no início deste Edital o critério de julgamento por menor preço; e

4.9.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando definido no início deste Edital o critério de julgamento por maior desconto.

4.10. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.11. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.12. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. Do preenchimento da proposta

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor unitário e total do item;

5.1.2. Marca;

5.1.3. Fabricante;

5.1.4. Quantidade cotada,

5.1.5. Características de acordo com o Documento de Formalização de Demanda, Anexo ao presente edital.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais que sejam estabelecidos na legislação vigente.

5.6. As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.

5.6.1. Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita na subdivisão acima deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do art. 30, *caput*, inc. II, e §1º, inc. II, da Lei Complementar nº 123, de 2006, apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.

5.6.2. Se o Contratado não realizar espontaneamente o requerimento de que trata a subdivisão acima, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos termos do art. 29, inc. I, da Lei Complementar nº 123, de 2006.

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe a documentação que integra este Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

5.9.1. Caso seja definido no início deste Edital o critério de julgamento por maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos na subdivisão acima.

5.10. O descumprimento das regras supramencionadas por parte do Contratado pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição Federal, e do art. 33, inc. X, da Constituição do Estado de São Paulo; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e do Contratado ao pagamento de indenização pelos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato

6. Da abertura da sessão, classificação das propostas e formulação de lances

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.2.1. Caso seja definido no item 4.1 que a fase de habilitação antecede a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema (conforme a alternativa adequada ao critério de julgamento definido no início deste Edital, correspondendo ao menor preço ou maior desconto, respectivamente).

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **de R\$0,02 (dois centavos)**

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa "aberto" adotado por este edital.

6.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores /inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

6.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

6.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.20. Em relação à hipótese de itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

6.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5%

(cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.21.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.21.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei nº 14.133, de 2021, conforme regulamento;

6.21.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.21.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.21.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo;

6.21.2.2. empresas brasileiras;

6.21.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.21.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.21.3. Caso persista o empate após obedecido o disposto no *caput* e no § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, o desempate ocorrerá por sorteio, a ser realizado em local, data e horário que serão divulgados por meio de mensagem no sistema, sendo facultada a presença a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto mínimo definido para a contratação (conforme a alternativa adequada ao critério de julgamento estabelecido no início deste Edital), o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.22.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.22.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.22.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.22.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.22.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante antes de findo o prazo, ou de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio da documentação exigida.

6.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. Da fase de julgamento

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.6 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - Ceis, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – Cnep, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

7.1.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);

7.1.6. Cadastro Estadual de Empresas Punidas – CEEP (<http://www.servicos.controladoriageral.sp.gov.br/PesquisaCEEP.aspx>); e

7.1.7. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, *caput*, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023)

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, §1º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, §2º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso atendidas as condições de participação, prosseguirá a análise da fase de julgamento da proposta classificada em primeiro lugar.

7.4.1. O disposto nos itens 7.4 e 7.6.2 será excepcionado se for definido no item 4.1 que a fase de habilitação antecede a fase de apresentação de propostas e lances, hipótese em que, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação, nos termos do item 8, antes de se realizar a fase de julgamento.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido a microempresas e empresas de pequeno porte, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5 e 4.5 deste Edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos.

7.6.1. Se a proposta vencedora for desclassificada, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.6.2. Encerrada a fase de julgamento, caso se verifique a conformidade da proposta de que trata o item 7.6, o pregoeiro passará à verificação da documentação de habilitação do licitante conforme disposições do item 8.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. conter vícios insanáveis;

7.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

7.9. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

7.9.1. O ajuste de que trata a subdivisão acima se limita ao saneamento de erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

7.9.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.10. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.11. Caso seja estabelecida a exigência de apresentação de amostra(s) ou de execução de prova de conceito na documentação que integra este Edital como Anexo considerando o objeto da licitação, por ocasião do julgamento das propostas, será exigido do licitante classificado em primeiro lugar a sua realização, conforme procedimento disciplinado na documentação que integra este Edital como Anexo, sob pena de não aceitação da proposta.

7.11.1. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local, data e horário de realização do procedimento para a avaliação da(s) amostra(s) ou para a execução da prova de conceito (em conformidade com a exigência estabelecida no Edital), cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.11.2. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.11.3. Caso se trate de exigência de apresentação de amostra(s), se não houver entrega da(s) amostra(s) ou se ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo pregoeiro, ou se houver entrega de amostra(s) fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.11.3.1. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes na documentação que integra este Edital como Anexo.

7.11.4. Caso se trate de exigência de execução de prova de conceito, não será aceita a proposta do licitante que tiver a prova de conceito rejeitada, que não a realizar ou que não a realizar nas condições estabelecidas na documentação que integra este Edital como Anexo.

7.11.4.1. No caso de desclassificação do licitante, o pregoeiro convocará o próximo licitante, obedecida a ordem de classificação, sucessivamente, até que um licitante cumpra os requisitos e funcionalidades previstas na prova de conceito.

8. Da fase da habilitação

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos que serão exigidos para fins de habilitação estão especificados na documentação que constitui Anexo deste Edital, consistindo na documentação necessária e suficiente para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.1.2. Nesta licitação, não haverá exigência de que o licitante ateste, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do objeto, ou que tem conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

8.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.7. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

8.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, *caput*, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.8.1. A não observância do disposto na subdivisão acima poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, parágrafo único, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (*duas*) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.9.2. O disposto nos itens 8.9.1 e 8.13 será excepcionado se for definido no item 4.1 que a fase de habilitação antecederá a fase de apresentação de propostas e lances, hipótese em que os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto (conforme a alternativa adequada ao critério de julgamento definido no início deste Edital), observado o disposto nos itens 8.1.1 e 8.3.

8.10. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal especificados na documentação que integra este Edital como Anexo somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.10.2. O disposto no item 8.10 será excepcionado se for definido no item 4.1 que a fase de habilitação antecederá a fase de apresentação de propostas e lances, hipótese em que a verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos ocorrerá em relação a todos os licitantes, respeitada a exceção do item 8.10.1.

8.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei nº 14.133, de 2021, art. 64):

8.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.12. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo definido no item 8.9.1.

8.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata a subdivisão anterior.

8.15. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, das empresas de pequeno porte e das cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007 (se admitida a participação de cooperativas no item 3) somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação, exceto na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, no item 3.

8.15.1. Havendo alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, o licitante habilitado nas condições da subdivisão acima deverá comprovar sua regularização sob pena de decadência, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que o licitante for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.

8.16. Caso seja definido no item 4.1 que a fase de habilitação antecederá a fase de apresentação de propostas e lances, quando a fase de habilitação já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8.17. A disciplina da adjudicação, da homologação e da contratação (esta última não aplicável a licitações para registro de preços) encontra-se no item 14 deste Edital

9. Da ata de registro de preços

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. O disposto no item 9 não é aplicável a este procedimento, tendo em vista que o mesmo não corresponde a um processo de licitação destinado ao registro de preços.

10. Da formação do cadastro de reserva

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. O disposto no item 10 não é aplicável a este procedimento, tendo em vista que o mesmo não corresponde a um processo de licitação destinado ao registro de preços.

11. Dos recursos

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.3.4. em exceção ao disposto no item 11.3.3, se for definido no item 4.1 que a fase de habilitação antecede a fase de apresentação de propostas e lances, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados mediante solicitação por meio do correio eletrônico: dfsgaldino@sp.gov.br

12. Das infrações administrativas e sanções

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante ou Contratado que, com dolo ou culpa:

12.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

12.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

12.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

12.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame, inclusive não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;

12.1.5. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:

12.1.5.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.5.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.5.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

12.1.5.4. deixar de apresentar amostra, caso exigida na documentação que integra este Edital; ou

12.1.5.5. caso exigida na documentação que integra este Edital, apresentar amostra em desacordo com as especificações do Edital;

12.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.6.1. recusar-se, sem justificativa, a formalizar a contratação ou a ata de registro de preço (caso o item 1 defina licitação para registro de preços) no prazo e condições estabelecidos pela Administração;

12.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

12.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

12.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

12.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.10.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.10.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.10.3. caso exigida na documentação que integra este Edital, apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

12.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

12.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

12.2. Com fundamento na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes, adjudicatários e/ou Contratado as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. advertência;

12.2.2. multa;

12.2.3. impedimento de licitar e contratar; e

12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

12.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A sanção de multa será calculada em conformidade com a documentação que integra este instrumento, e aplicada após regular processo administrativo.

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa, garantido o exercício de prévia e ampla defesa.

12.6. Antes da aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de advertência será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência da infração administrativa relacionada no item 12.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

12.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.9. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.8, 12.1.9, 12.1.10, 12.1.11 e 12.1.12, bem como das infrações administrativas previstas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja extensão e duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

12.10. A recusa injustificada do adjudicatário em formalizar a contratação ou assinar a ata de registro de preços (caso o item 1 defina licitação para registro de preços) no prazo e condições estabelecidos pela Administração, descrita no item 12.1.6.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas (art. 90, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.11. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta nos termos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante, o adjudicatário ou o Contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.12. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

12.13. Da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 166 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.14. Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 167 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.15. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.16. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.

12.17. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra o Edital, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.18. Os atos previstos como infrações administrativas na lei de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

12.19. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133, de 2021, ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos do art. 160 do referido diploma legal.

12.20. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal (art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021).

13. Da impugnação do edital e do pedido de esclarecimento

13.DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar a impugnação ou o pedido de esclarecimento até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, por meio do correio eletrônico: **dfsgaldino@sp.gov.br**

13.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

13.4. A decisão da impugnação ou a resposta ao pedido de esclarecimento serão divulgadas em sítio eletrônico oficial conforme especificado na subdivisão subsequente, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.4.1. As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimento serão juntadas aos autos do processo licitatório, ficarão disponíveis para consulta por qualquer interessado, e serão publicadas no Portal de Compras do Governo Federal (www.gov.br), ou solicitado pelo correio eletrônico **dfsgaldino@sp.gov.br**, sem informar a identidade do responsável pela impugnação ou pelo pedido de esclarecimento.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

13.6. A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus Anexos.

13.7. A ausência de pedido de esclarecimento implicará na presunção de que os interessados não tiveram dúvidas a respeito da presente licitação, razão pela qual não serão admitidos questionamentos extemporâneos.

14. Das disposições gerais

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Exaurida a fase recursal, será observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

14.3. *Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, sua formalização ocorrerá mediante a assinatura de Termo de Contrato, cuja minuta integra este Edital como Anexo.*

14.3.1. *Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo adjudicatário para fins de comprovação das condições de habilitação estiver com o prazo de validade expirado, a Administração verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando a ele os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.*

14.3.2. Se não for possível atualizar os documentos referidos na subdivisão acima por meio eletrônico hábil de informações, o adjudicatário será notificado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em plena vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

14.3.3. Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do adjudicatário no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL”. Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

14.3.4. Com a finalidade de verificar se o licitante mantém as condições de participação no certame, serão novamente consultados, previamente à celebração da contratação, os cadastros especificados no item 7.1 deste Edital.

14.3.4.1. Constitui(em), igualmente, condição(ões) para a celebração da contratação:

14.3.4.2. a apresentação do(s) documento(s) que o adjudicatário, à época do certame licitatório, houver se comprometido a exibir por ocasião da celebração da contratação por meio de declaração específica, caso exigida na documentação que integra este Edital como Anexo;

14.3.4.3. a indicação de gestor encarregado de representar o adjudicatário com exclusividade perante o Contratante, caso se trate de sociedade cooperativa (se admitida a participação de cooperativa);

14.3.4.4. caso seja definido no item 1 deste Edital que o objeto da licitação consiste em prestação de serviços de engenharia, a apresentação do registro ou inscrição do licitante no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU competente, com o visto do CREA/SP ou do CAU/SP, conforme o caso, se o local do registro ou inscrição for situado em região não compreendida na área de jurisdição da referida entidade, observada a legislação aplicável.

14.4. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

14.4.1. O contrato será assinado com a utilização de meio eletrônico, nos termos da legislação aplicável.

14.4.2. O prazo para assinatura previsto na subdivisão anterior poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação justificada do interessado e aceita pela Administração.

14.4.3. Será considerado celebrado o contrato, em caso de assinaturas por meio eletrônico em datas diferentes, na data da última assinatura eletrônica das partes do termo contratual.

14.5. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar manter as condições de habilitação e preencher as condições de contratação consignadas neste Edital, ou não assinar o contrato, ou recusar a contratação, a Administração, sem prejuízo da apuração do cabimento de aplicação de sanções e das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar os licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, para a celebração do contrato em conformidade com o procedimento e as condições estabelecidas no art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.6. Será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente em consequência de rescisão de contrato celebrado com fundamento nesta licitação, observados os critérios estabelecidos no § 7º do art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.7. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.8. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o 1º (primeiro) dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.

14.9. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.10. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.11. As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.12. Os casos omissos serão solucionados pelo pregoeiro.

14.13. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.14. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.15. No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

14.15.1. As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública deste Pregão.

14.15.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público, nos termos do inciso III do art. 12 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.16. Caso seja vencedor da licitação, o licitante a ser contratado estará sujeito à assinatura de Termo de Ciência e de Notificação, quando prevista a sua apresentação em ato normativo editado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme a disciplina aplicável.

14.17. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) - <https://www.gov.br/pncp/pt-br>

14.18. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

14.18.1. ANEXO I - *Relatório de pesquisa de preço nº 50/2024*;

14.18.2. ANEXO II - Termo de Referência nº 46/2024;

14.18.3. ANEXO III – *Minuta de Termo de Contrato nº 23/2024*;

14.18.4. ANEXO IV – *Resolução SAP nº 49/2024, de 17/04/2024*

14.18.5. ANEXO V – *Modelos referente a planilha de proposta*;

14.18.6. ANEXO VI – *Modelo de Declaração exigida para Habilitação*;

14.18.7. ANEXO VII - *Relação de Itens*.

Taiúva, 06 de dezembro de 2024

DOUGLAS FERNANDO SEMENZIN GALDINO

AUTORIDADE COMPETENTE

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

RICARDO SAMUEL SCARAMAL

Agente de contratação



Assinou eletronicamente em 06/12/2024 às 19:07:54.

DOUGLAS FERNANDO SEMENZIN GALDINO

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 06/12/2024 às 19:08:34.

Relatório de pesquisa de preço

Relatório Resumido

Informações básicas

Número da Pesquisa

50/2024

UASG

380852

Status

Concluída

Editado por

JOSE FABIANO MOUTIN

Título:

PROCESSO 90037/2024 - AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS HORTIFRUTIGRANJEIRO

Observações:

PROCESSO 90037/2024 - AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS HORTIFRUTIGRANJEIRO, COM ENTREGA PARCELADA PARA CONSUMO DA PENITENCIÁRIA DE TAIÚVA NO PERÍODO DE JANEIRO A ABRIL DE 2025.

Total de itens cotados:

22

Valor total da pesquisa de preços:

R\$ 327.542,0000

Itens cotados

Item: 1

Descrição do item

Unidade de Fornecimento

Quantidade

463748 - Legume In Natura Tipo: Abóbora Cabotia / Japonesa

Quilograma

1600

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço

Média

Mediana

Coefficiente de Variação: 46,2160%

R\$ 0,9000

R\$ 3,8108

R\$ 3,5100

Desvio Padrão: 1,7612

Maior Preço: R\$ 8,0300

Método de cálculo adotado:

Mediana



Filtro Aplicado

Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	ESTADO DE SAO PAULO - Compras.gov.br	300	Quilograma	R\$ 3,6000	05/12/2024	Sim
2	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	50	Quilograma	R\$ 4,0000	05/12/2024	Sim
3	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	1000	Quilograma	R\$ 2,1000	04/12/2024	Sim
4	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	400	Quilograma	R\$ 1,5400	04/12/2024	Sim
5	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	12204	Quilograma	R\$ 3,3000	04/12/2024	Sim
6	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	972	Quilograma	R\$ 2,3000	03/12/2024	Sim
7	I	PREFEITURA DE VERA CRUZ DO OESTE - PR - Compras.gov.br	1000	Quilograma	R\$ 3,3000	03/12/2024	Sim
8	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	100	Quilograma	R\$ 1,9900	02/12/2024	Sim
9	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	500	Quilograma	R\$ 5,7600	02/12/2024	Sim
		COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br					

10	I	gov.br	500	Quilograma	R\$ 6,5000	02/12/2024	Sim
11	I	INST.BRAS.DO MEIO AMB.E DOS REC. NAT.RENOVAV. - Compras.gov.br	260	Quilograma	R\$ 1,5000	29/11/2024	Sim
12	I	COMANDO DA MARINHA - Compras. gov.br	450	Quilograma	R\$ 2,8000	29/11/2024	Sim
13	I	COMANDO DA MARINHA - Compras. gov.br	50	Quilograma	R\$ 2,8000	29/11/2024	Sim
14	I	MINISTERIO DEFESA - Compras.gov.br	1800	Quilograma	R\$ 3,4900	29/11/2024	Sim
15	I	ESTADO DA BAHIA - Compras.gov.br	242	Quilograma	R\$ 6,5500	28/11/2024	Sim
16	I	PREFEITURA DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR - Compras.gov.br	200	Quilograma	R\$ 3,4900	28/11/2024	Sim
17	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras. gov.br	9	Quilograma	R\$ 8,0300	28/11/2024	Sim
18	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras. gov.br	75	Quilograma	R\$ 3,9000	28/11/2024	Sim
19	I	COMANDO DA MARINHA - Compras. gov.br	6568	Quilograma	R\$ 4,1800	27/11/2024	Sim
20	I	ESP-UNIVERSIDADE DE SAO PAULO - USP - Compras.gov.br	78	Quilograma	R\$ 5,4000	26/11/2024	Sim
21	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	900	Quilograma	R\$ 1,8000	22/11/2024	Sim
22	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras. gov.br	1600	Quilograma	R\$ 1,2000	22/11/2024	Sim
23	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras. gov.br	20761	Quilograma	R\$ 1,5000	22/11/2024	Sim
24	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras. gov.br	3900	Quilograma	R\$ 6,0900	21/11/2024	Sim
25	I	ESTADO DO PARANA - Compras.gov.br	1800	Quilograma	R\$ 3,2600	19/11/2024	Sim
26	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TECNOLOGIA DA BAHIA - Compras. gov.br	100	Quilograma	R\$ 3,6700	19/11/2024	Sim
27	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras. gov.br	500	Quilograma	R\$ 2,8000	18/11/2024	Sim
28	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE SALGADO FILHO - Compras.gov.br	60	Quilograma	R\$ 4,9900	18/11/2024	Sim
29	I	INST.FED. DE EDUC., CIENC. E TEC. CATARINENSE - Compras.gov.br	2000	Quilograma	R\$ 3,8200	14/11/2024	Sim
30	I	FUNDACAO OSWALDO CRUZ - Compras.gov.br	555	Quilograma	R\$ 4,7000	14/11/2024	Sim
31	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras. gov.br	1200	Quilograma	R\$ 1,8000	14/11/2024	Sim
32	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras. gov.br	340	Quilograma	R\$ 3,3200	13/11/2024	Sim
33	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras. gov.br	120	Quilograma	R\$ 4,7600	13/11/2024	Sim
34	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras. gov.br	220	Quilograma	R\$ 5,3200	13/11/2024	Sim
35	I	ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras. gov.br	450	Quilograma	R\$ 6,6200	12/11/2024	Sim
36	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	2700	Quilograma	R\$ 1,8500	12/11/2024	Sim
37	I	PREFEITURA DE TEIXEIRA SOARES - PR - Compras.gov.br	400	Quilograma	R\$ 2,0000	12/11/2024	Sim
38	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras. gov.br	100	Quilograma	R\$ 2,9000	12/11/2024	Sim
39	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras. gov.br	7500	Quilograma	R\$ 1,9000	12/11/2024	Sim
40	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras. gov.br	220	Quilograma	R\$ 5,3200	12/11/2024	Sim
41	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras. gov.br	220	Quilograma	R\$ 5,3200	12/11/2024	Sim
		COMANDO DO EXERCITO - Compras.					

42	I	gov.br	7500	Quilograma	R\$ 0,9000	12/11/2024	Sim
43	I	MINISTERIO DA SAUDE - Compras.gov.br	180	Quilograma	R\$ 5,9900	11/11/2024	Sim
44	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	40	Quilograma	R\$ 4,7600	11/11/2024	Sim
45	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	720	Quilograma	R\$ 3,5300	11/11/2024	Sim
46	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	11420	Quilograma	R\$ 1,9000	11/11/2024	Sim
47	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	3150	Quilograma	R\$ 2,9900	08/11/2024	Sim
48	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	16	Quilograma	R\$ 6,0000	08/11/2024	Sim
49	I	INST.FED.DE EDUC., CIENC E TEC.DO AMAZONAS - Compras.gov.br	75	Quilograma	R\$ 6,5000	07/11/2024	Sim
50	I	INST.FED.DE EDUC., CIENC E TEC.DO AMAZONAS - Compras.gov.br	75	Quilograma	R\$ 6,5000	07/11/2024	Sim

Legenda:
 Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.
 Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 2

Descrição do item
463751 - Legume In Natura Tipo: Abobrinha De Pescoço / Menina

Unidade de Fornecimento
Quilograma

Quantidade
3000

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço
R\$ 0,9000

Média
R\$ 3,4104

● Mediana
R\$ 3,2250

Coeficiente de Variação: 56,4362%
Desvio Padrão: 1,9247
Maior Preço: R\$ 9,0300



Método de cálculo adotado: Mediana

Filtro Aplicado
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	1000	Quilograma	R\$ 1,4000	04/12/2024	Sim
2	I	MINISTERIO DA EDUCACAO - Compras.gov.br	320	Quilograma	R\$ 1,8000	04/12/2024	Sim
3	I	MINISTERIO DA EDUCACAO - Compras.gov.br	160	Quilograma	R\$ 3,3000	04/12/2024	Sim
4	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	350	Quilograma	R\$ 2,0000	03/12/2024	Sim
5	I	PREFEITURA DE VERA CRUZ DO OESTE - PR - Compras.gov.br	1000	Quilograma	R\$ 3,2500	03/12/2024	Sim
6	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	2000	Quilograma	R\$ 1,1000	02/12/2024	Sim
7	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	3510	Quilograma	R\$ 2,9000	02/12/2024	Sim
8	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. FLUMINENSE - Compras.gov.br	200	Quilograma	R\$ 7,3300	02/12/2024	Sim
9	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	10000	Quilograma	R\$ 2,7000	29/11/2024	Sim
10	I	PREFEITURA DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR - Compras.gov.br	150	Quilograma	R\$ 4,7400	28/11/2024	Sim
11	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	1500	Quilograma	R\$ 1,7300	26/11/2024	Sim
		ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO					

12	I	PENITENCIARIA - Compras.gov.br	800	Quilograma	R\$ 1,7000	26/11/2024	Sim
13	I	PREFEITURA DE ARIQUEMES - Compras.gov.br	2038	Quilograma	R\$ 5,7800	25/11/2024	Sim
i 14	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE LEOPOLDINA - MG - Compras.gov.br	500	Quilograma	R\$ 7,1800	24/11/2024	Sim
15	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	900	Quilograma	R\$ 1,5000	22/11/2024	Sim
16	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	3500	Quilograma	R\$ 5,4800	21/11/2024	Sim
17	I	COMANDO DA AERONAUTICA - Compras.gov.br	2028	Quilograma	R\$ 4,1800	19/11/2024	Sim
18	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TECNOLOGIA DA BAHIA - Compras.gov.br	100	Quilograma	R\$ 5,3600	19/11/2024	Sim
19	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	200	Quilograma	R\$ 4,5500	18/11/2024	Sim
20	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	3000	Quilograma	R\$ 1,3900	18/11/2024	Sim
21	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	990	Quilograma	R\$ 1,2900	14/11/2024	Sim
22	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENCIA E TEC. GOIANO - Compras.gov.br	150	Quilograma	R\$ 9,0300	13/11/2024	Sim
23	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	1500	Quilograma	R\$ 2,4900	11/11/2024	Sim
24	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	1500	Quilograma	R\$ 1,8000	07/11/2024	Sim
25	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	5050	Quilograma	R\$ 1,9000	07/11/2024	Sim
26	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	1600	Quilograma	R\$ 1,5500	07/11/2024	Sim
27	I	PREFEITURA DE ARAUCÁRIA - PR - Compras.gov.br	3205	Quilograma	R\$ 3,4400	07/11/2024	Sim
28	I	PREFEITURA DE ARAUCÁRIA - PR - Compras.gov.br	9617	Quilograma	R\$ 2,7700	07/11/2024	Sim
i 29	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	75	Quilograma	R\$ 3,4300	06/11/2024	Sim
i 30	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	75	Quilograma	R\$ 3,4300	06/11/2024	Sim
i 31	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	75	Quilograma	R\$ 3,4300	06/11/2024	Sim
i 32	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	675	Quilograma	R\$ 3,4300	06/11/2024	Sim
i 33	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	75	Quilograma	R\$ 3,4300	06/11/2024	Sim
i 34	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	75	Quilograma	R\$ 3,4300	06/11/2024	Sim
i 35	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	75	Quilograma	R\$ 3,4300	06/11/2024	Sim
i 36	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	75	Quilograma	R\$ 3,4300	06/11/2024	Sim
i 37	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	222	Quilograma	R\$ 2,8000	05/11/2024	Sim
38	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	800	Quilograma	R\$ 1,8800	05/11/2024	Sim
39	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	1240	Quilograma	R\$ 1,3000	05/11/2024	Sim
40	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	3205	Quilograma	R\$ 0,9000	05/11/2024	Sim
41	I	PREFEITURA DE SANTA IZABEL DO OESTE - PR - Compras.gov.br	800	Quilograma	R\$ 2,4900	30/10/2024	Sim
42	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	550	Quilograma	R\$ 7,0000	29/10/2024	Sim

43	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	4600	Quilograma	R\$ 1,5000	25/10/2024	Sim
44	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	1500	Quilograma	R\$ 1,7300	25/10/2024	Sim
45	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	5000	Quilograma	R\$ 3,0800	25/10/2024	Sim
46	I	INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO - Compras.gov.br	150	Quilograma	R\$ 8,0000	24/10/2024	Sim
47	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RJ - Compras.gov.br	200	Quilograma	R\$ 3,2000	24/10/2024	Sim
48	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.S. PERNAMBUCANO - Compras.gov.br	352	Quilograma	R\$ 5,1900	18/10/2024	Sim
49	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.S. PERNAMBUCANO - Compras.gov.br	94	Quilograma	R\$ 5,2700	18/10/2024	Sim
50	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.S. PERNAMBUCANO - Compras.gov.br	8	Quilograma	R\$ 5,1000	18/10/2024	Sim

Legenda:
 Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.
 Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 3

Descrição do item			Unidade de Fornecimento		Quantidade		
463861 - Condimento Tipo: Alho , Apresentação: Pasta			Quilograma		500		
Consolidação dos preços cotados							
Menor Preço		Média	● Mediana		Coeficiente de Variação: 64,9297%		
R\$ 4,5500		R\$ 8,5896	R\$ 6,1000		Desvio Padrão: 5,5772		
					Maior Preço: R\$ 25,8000		
Método de cálculo adotado: Mediana							

Filtro Aplicado

Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE - Compras.gov.br	3465	Quilograma	R\$ 22,0000	05/12/2024	Sim
2	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	300	Quilograma	R\$ 7,9000	29/11/2024	Sim
3	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	500	Quilograma	R\$ 6,1000	29/11/2024	Sim
4	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	375	Quilograma	R\$ 8,3000	28/11/2024	Sim
5	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	860	Quilograma	R\$ 4,7800	27/11/2024	Sim
6	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	1000	Quilograma	R\$ 6,2500	27/11/2024	Sim
7	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	250	Quilograma	R\$ 5,8000	26/11/2024	Sim
8	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	600	Quilograma	R\$ 6,1800	25/11/2024	Sim
9	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	120	Quilograma	R\$ 8,5000	25/11/2024	Sim
10	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	150	Quilograma	R\$ 5,4500	25/11/2024	Sim
11	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	1500	Quilograma	R\$ 5,2500	19/11/2024	Sim
12	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	100	Quilograma	R\$ 5,2000	19/11/2024	Sim

13	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	30	Quilograma	R\$ 6,2000	18/11/2024	Sim
14	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	1300	Quilograma	R\$ 4,9000	18/11/2024	Sim
15	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	260	Quilograma	R\$ 10,4000	18/11/2024	Sim
16	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	1000	Quilograma	R\$ 4,8500	13/11/2024	Sim
17	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DE SÃO PAULO - Compras.gov.br	30	Quilograma	R\$ 17,6500	13/11/2024	Sim
18	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	400	Quilograma	R\$ 6,1000	12/11/2024	Sim
19	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	1700	Quilograma	R\$ 4,9500	12/11/2024	Sim
20	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras. gov.br	50	Quilograma	R\$ 19,9000	12/11/2024	Sim
21	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	100	Quilograma	R\$ 5,5000	11/11/2024	Sim
22	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	300	Quilograma	R\$ 7,0000	11/11/2024	Sim
23	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	800	Quilograma	R\$ 4,8000	08/11/2024	Sim
24	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO SUDESTE MG - Compras.gov.br	660	Quilograma	R\$ 25,8000	08/11/2024	Sim
25	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	1044	Quilograma	R\$ 4,9000	07/11/2024	Sim
26	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	600	Quilograma	R\$ 4,9500	07/11/2024	Sim
27	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	270	Quilograma	R\$ 5,1000	05/11/2024	Sim
28	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	737	Quilograma	R\$ 5,8800	05/11/2024	Sim
29	I	COMANDO DA AERONAUTICA - Compras.gov.br	20	Quilograma	R\$ 17,9700	31/10/2024	Sim
30	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	1500	Quilograma	R\$ 4,7000	25/10/2024	Sim
31	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	250	Quilograma	R\$ 6,1500	25/10/2024	Sim
32	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	300	Quilograma	R\$ 6,5000	25/10/2024	Sim
33	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	1500	Quilograma	R\$ 4,7000	24/10/2024	Sim
34	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	400	Quilograma	R\$ 5,5000	23/10/2024	Sim
35	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. BAIANO - Compras.gov.br	80	Quilograma	R\$ 20,3400	23/10/2024	Sim
36	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	1500	Quilograma	R\$ 4,5500	23/10/2024	Sim
37	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA - CE - Compras.gov.br	1998	Quilograma	R\$ 18,9900	23/10/2024	Sim
38	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA - CE - Compras.gov.br	5994	Quilograma	R\$ 10,8000	23/10/2024	Sim
39	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	3318	Quilograma	R\$ 4,6900	21/10/2024	Sim
40	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	300	Quilograma	R\$ 6,4600	16/10/2024	Sim
41	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	450	Quilograma	R\$ 5,2300	10/10/2024	Sim
42	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	522	Quilograma	R\$ 4,9500	08/10/2024	Sim
43	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	850	Quilograma	R\$ 5,1000	08/10/2024	Sim

44	I	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	255	Quilograma	R\$ 16,0100	04/10/2024	Sim
45	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	1248	Quilograma	R\$ 16,1000	01/10/2024	Sim
46	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	1300	Quilograma	R\$ 4,9000	30/09/2024	Sim
47	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	240	Quilograma	R\$ 16,4000	30/09/2024	Sim
48	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	500	Quilograma	R\$ 6,5500	27/09/2024	Sim
49	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	500	Quilograma	R\$ 4,8500	27/09/2024	Sim
50	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	990	Quilograma	R\$ 7,4500	27/09/2024	Sim

Legenda:

▲ Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.

i Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 4

Descrição do item		Unidade de Fornecimento	Quantidade
463938 - Condimento Tipo: Alho , Apresentação: Natural , Adicional: Cabeça		Quilograma	100
Consolidação dos preços cotados			
Menor Preço	Média	● Mediana	Coefficiente de Variação: 34,5725%
R\$ 12,0000	R\$ 24,3176	R\$ 21,8850	Desvio Padrão: 8,4072
Maior Preço: R\$ 54,7200			
Método de cálculo adotado: Mediana			



Filtro Aplicado

Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	350	Quilograma	R\$ 18,8300	05/12/2024	Sim
2	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	60	Quilograma	R\$ 18,4500	05/12/2024	Sim
3	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	102	Quilograma	R\$ 17,7500	05/12/2024	Sim
i 4	I	CONSELHO EECIEE MÉDIO J ROLDERICK DE OLIVEIRA - Compras.gov.br	100	Quilograma	R\$ 31,0000	04/12/2024	Sim
5	I	MINISTERIO DA SAUDE - Compras.gov.br	44	Quilograma	R\$ 31,9300	04/12/2024	Sim
6	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	450	Quilograma	R\$ 16,9000	04/12/2024	Sim
7	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	460	Quilograma	R\$ 15,0000	04/12/2024	Sim
8	I	MINISTERIO DA EDUCACAO - Compras.gov.br	400	Quilograma	R\$ 19,9000	04/12/2024	Sim
9	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	960	Quilograma	R\$ 14,4000	04/12/2024	Sim
i 10	I	ESTADO DA PARAIBA - Compras.gov.br	100	Quilograma	R\$ 34,0000	04/12/2024	Sim
11	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	8936	Quilograma	R\$ 21,9700	04/12/2024	Sim
i 12	I	CONSELHO E.E.E DE E.INF E.MIGUEL SANTA CRUZ - Compras.gov.br	37	Quilograma	R\$ 24,0000	03/12/2024	Sim
		ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO					

13	I	PENITENCIARIA - Compras.gov.br	720	Quilograma	R\$ 18,0000	03/12/2024	Sim
14	I	PREFEITURA DE VERA CRUZ DO OESTE - PR - Compras.gov.br	1000	Quilograma	R\$ 19,2000	03/12/2024	Sim
15	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	800	Quilograma	R\$ 16,9000	02/12/2024	Sim
16	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	300	Quilograma	R\$ 16,9000	02/12/2024	Sim
17	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	1080	Quilograma	R\$ 23,9900	02/12/2024	Sim
18	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. FLUMINENSE - Compras.gov.br	200	Quilograma	R\$ 41,6600	02/12/2024	Sim
19	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	70	Quilograma	R\$ 16,9000	02/12/2024	Sim
20	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	500	Quilograma	R\$ 19,0000	29/11/2024	Sim
21	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	100	Quilograma	R\$ 12,0000	29/11/2024	Sim
22	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TECNOLOGIA DA BAHIA - Compras.gov.br	100	Quilograma	R\$ 24,7700	29/11/2024	Sim
23	I	FUNDACAO NACIONAL DO INDIO - Compras.gov.br	25	Quilograma	R\$ 36,0000	29/11/2024	Sim
24	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	800	Quilograma	R\$ 38,4300	29/11/2024	Sim
25	I	FUNDACAO NACIONAL DO INDIO - Compras.gov.br	250	Quilograma	R\$ 22,1000	29/11/2024	Sim
26	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	200	Quilograma	R\$ 18,9000	28/11/2024	Sim
27	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	200	Quilograma	R\$ 19,8500	28/11/2024	Sim
28	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	9	Quilograma	R\$ 29,0500	28/11/2024	Sim
29	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. BAIANO - Compras.gov.br	38	Quilograma	R\$ 32,1400	28/11/2024	Sim
30	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	82	Quilograma	R\$ 18,0000	28/11/2024	Sim
31	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	40	Quilograma	R\$ 26,0000	28/11/2024	Sim
32	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	30	Quilograma	R\$ 18,4800	27/11/2024	Sim
33	I	ESTADO DE RONDONIA - Compras.gov.br	54	Quilograma	R\$ 36,4800	27/11/2024	Sim
34	I	ESTADO DE RONDONIA - Compras.gov.br	500	Quilograma	R\$ 30,3200	27/11/2024	Sim
35	I	ESTADO DO PARANA - Compras.gov.br	25	Quilograma	R\$ 21,8000	27/11/2024	Sim
36	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	4500	Quilograma	R\$ 13,5000	27/11/2024	Sim
37	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	29	Quilograma	R\$ 31,5000	27/11/2024	Sim
38	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	300	Quilograma	R\$ 23,0000	26/11/2024	Sim
39	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TECNOLOGIA DA BAHIA - Compras.gov.br	60	Quilograma	R\$ 29,5500	26/11/2024	Sim
40	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	180	Quilograma	R\$ 21,2000	26/11/2024	Sim
41	I	ESP-UNIVERSIDADE DE SAO PAULO - USP - Compras.gov.br	26	Quilograma	R\$ 35,7000	26/11/2024	Sim
42	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	200	Quilograma	R\$ 20,0000	25/11/2024	Sim
43	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	223	Quilograma	R\$ 36,6700	25/11/2024	Sim

44	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	223	Quilograma	R\$ 25,0000	25/11/2024	Sim
45	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	500	Quilograma	R\$ 22,0000	25/11/2024	Sim
46	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	50	Quilograma	R\$ 20,5400	25/11/2024	Sim
47	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	53	Quilograma	R\$ 20,0000	25/11/2024	Sim
i 48	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	526	Quilograma	R\$ 54,7200	24/11/2024	Sim
i 49	I	CONSELHO E.E.E.F.M.MONS. CONSTANTINO VIEIRA/PB - Compras.gov.br	27	Quilograma	R\$ 23,5000	22/11/2024	Sim
50	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	40	Quilograma	R\$ 18,0000	22/11/2024	Sim

Legenda:
 Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.
 Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 5

Descrição do item
464380 - Fruta Tipo: Banana Nanica / Banana D'Água ,
Apresentação: Natural

Unidade de Fornecimento
Quilograma

Quantidade
6000

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço
R\$ 1,7000

Média
R\$ 4,6118

● Mediana
R\$ 3,8000

Coeficiente de Variação: 56,2405%
Desvio Padrão: 2,5937
Maior Preço: R\$ 11,8700



Método de cálculo adotado: Mediana

Filtro Aplicado
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	INST. FED. DE EDUC., CIENC. E TEC. DO PARANÁ - Compras.gov.br	954	Quilograma	R\$ 5,1900	05/12/2024	Sim
2	I	INST. FED. DE EDUC., CIENC. E TEC. DO PARANÁ - Compras.gov.br	190	Quilograma	R\$ 5,8600	05/12/2024	Sim
3	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RJ - Compras.gov.br	100	Quilograma	R\$ 9,7800	05/12/2024	Sim
4	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RJ - Compras.gov.br	100	Quilograma	R\$ 9,7800	05/12/2024	Sim
5	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RJ - Compras.gov.br	100	Quilograma	R\$ 9,7800	05/12/2024	Sim
6	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RJ - Compras.gov.br	100	Quilograma	R\$ 11,8700	05/12/2024	Sim
7	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RJ - Compras.gov.br	100	Quilograma	R\$ 11,8700	05/12/2024	Sim
8	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	3000	Quilograma	R\$ 2,1000	04/12/2024	Sim
9	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	2816	Quilograma	R\$ 2,0000	04/12/2024	Sim
10	I	MINISTERIO DA EDUCACAO - Compras.gov.br	480	Quilograma	R\$ 3,8000	04/12/2024	Sim
11	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	600	Quilograma	R\$ 3,2200	04/12/2024	Sim
12	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	18948	Quilograma	R\$ 3,9800	04/12/2024	Sim

13	I	ESTADO DE SAO PAULO - Compras.gov.br	7500	Quilograma	R\$ 3,1000	03/12/2024	Sim
14	I	ESTADO DE SAO PAULO - Compras.gov.br	22500	Quilograma	R\$ 3,1000	03/12/2024	Sim
15	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	350	Quilograma	R\$ 3,1000	03/12/2024	Sim
16	I	PREFEITURA DE VERA CRUZ DO OESTE - PR - Compras.gov.br	7000	Quilograma	R\$ 3,4500	03/12/2024	Sim
17	I	ESP-UNIV EST PAUL.JULIO MESQ. FILHO-UNESP - Compras.gov.br	1500	Quilograma	R\$ 3,3900	03/12/2024	Sim
18	I	INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO - Compras.gov.br	3097	Quilograma	R\$ 6,7500	03/12/2024	Sim
19	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	3555	Quilograma	R\$ 2,1900	02/12/2024	Sim
20	I	ESTADO DO PARANA - Compras.gov.br	30	Quilograma	R\$ 7,0100	29/11/2024	Sim
21	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	6000	Quilograma	R\$ 2,5000	29/11/2024	Sim
22	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TECNOLOGIA DA BAHIA - Compras.gov.br	2030	Quilograma	R\$ 3,8000	29/11/2024	Sim
23	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	100	Quilograma	R\$ 3,8000	29/11/2024	Sim
24	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	50	Quilograma	R\$ 3,8000	29/11/2024	Sim
25	I	MINISTERIO DEFESA - Compras.gov.br	3200	Quilograma	R\$ 4,4900	29/11/2024	Sim
26	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	60	Quilograma	R\$ 6,9900	28/11/2024	Sim
27	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	4050	Quilograma	R\$ 2,0500	27/11/2024	Sim
28	I	PRESIDENCIA DA REPUBLICA - Compras.gov.br	800	Quilograma	R\$ 3,5000	27/11/2024	Sim
29	I	ESTADO DO PARANA - Compras.gov.br	460	Quilograma	R\$ 4,0200	27/11/2024	Sim
30	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	2500	Quilograma	R\$ 2,7000	26/11/2024	Sim
31	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	1000	Quilograma	R\$ 3,7500	26/11/2024	Sim
32	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	400	Quilograma	R\$ 6,3500	26/11/2024	Sim
33	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	175	Quilograma	R\$ 6,9900	26/11/2024	Sim
34	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	2500	Quilograma	R\$ 2,2500	25/11/2024	Sim
35	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	5700	Quilograma	R\$ 2,2000	22/11/2024	Sim
36	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	22231	Quilograma	R\$ 1,7000	22/11/2024	Sim
37	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	8000	Quilograma	R\$ 2,3000	21/11/2024	Sim
38	I	ESTADO DO PARANA - Compras.gov.br	215	Quilograma	R\$ 6,7500	21/11/2024	Sim
39	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	11500	Quilograma	R\$ 2,0000	19/11/2024	Sim
40	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	2700	Quilograma	R\$ 2,5000	19/11/2024	Sim
41	I	ESTADO DO PARANA - Compras.gov.br	6600	Quilograma	R\$ 4,0000	19/11/2024	Sim
42	I	ESTADO DO PARANA - Compras.gov.br	245	Quilograma	R\$ 4,7000	19/11/2024	Sim
43	I	COMANDO DA AERONAUTICA - Compras.gov.br	7280	Quilograma	R\$ 4,2000	19/11/2024	Sim
i 44	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	675	Quilograma	R\$ 3,9200	18/11/2024	Sim
i 45	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	675	Quilograma	R\$ 3,9200	18/11/2024	Sim

46	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	5700	Quilograma	R\$ 3,1300	18/11/2024	Sim
47	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DE SÃO PAULO - Compras.gov.br	20	Quilograma	R\$ 9,5100	18/11/2024	Sim
48	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	1000	Quilograma	R\$ 3,3500	18/11/2024	Sim
49	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	5000	Quilograma	R\$ 2,9000	18/11/2024	Sim
50	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE SALGADO FILHO - Compras.gov.br	750	Quilograma	R\$ 5,2000	18/11/2024	Sim

Legenda:
 Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.
 Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 6

Descrição do item

463754 - Legume In Natura Tipo: Batata Inglesa

Unidade de Fornecimento

Quilograma

Quantidade

10000


Consolidação dos preços cotados

Menor Preço

R\$ 2,0000

Média

R\$ 4,4072

 Mediana

R\$ 3,5400


Coeficiente de Variação: 48,8496%

Desvio Padrão: 2,1529

Maior Preço: R\$ 9,6500

Método de cálculo adotado: Mediana

Filtro Aplicado
 Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	98	Quilograma	R\$ 7,9100	05/12/2024	Sim
2	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	1000	Quilograma	R\$ 3,0000	04/12/2024	Sim
3	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	2960	Quilograma	R\$ 2,1800	04/12/2024	Sim
4	I	MINISTERIO DA EDUCACAO - Compras.gov.br	880	Quilograma	R\$ 3,8000	04/12/2024	Sim
5	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	1800	Quilograma	R\$ 2,8000	04/12/2024	Sim
6	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	34864	Quilograma	R\$ 4,9400	04/12/2024	Sim
 7	I	CONSELHO E.E.E DE E.INF E.MIGUEL SANTA CRUZ - Compras.gov.br	109	Quilograma	R\$ 7,0000	03/12/2024	Sim
8	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	7650	Quilograma	R\$ 2,2000	03/12/2024	Sim
9	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	1300	Quilograma	R\$ 2,8000	03/12/2024	Sim
10	I	PREFEITURA DE VERA CRUZ DO OESTE - PR - Compras.gov.br	2500	Quilograma	R\$ 3,5000	03/12/2024	Sim
11	I	ESP-UNIV EST PAUL.JULIO MESQ. FILHO-UNESP - Compras.gov.br	6000	Quilograma	R\$ 3,1400	03/12/2024	Sim
12	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	9100	Quilograma	R\$ 2,4000	02/12/2024	Sim
13	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	4675	Quilograma	R\$ 2,0000	02/12/2024	Sim
14	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	14025	Quilograma	R\$ 2,0000	02/12/2024	Sim
15	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	4898	Quilograma	R\$ 2,6000	02/12/2024	Sim

16	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	5111	Quilograma	R\$ 2,6500	02/12/2024	Sim
17	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	4000	Quilograma	R\$ 4,2500	02/12/2024	Sim
18	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	150	Quilograma	R\$ 4,8900	02/12/2024	Sim
19	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	15500	Quilograma	R\$ 2,6500	29/11/2024	Sim
20	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	8000	Quilograma	R\$ 2,0800	29/11/2024	Sim
21	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TECNOLOGIA DA BAHIA - Compras.gov.br	20	Quilograma	R\$ 7,9500	29/11/2024	Sim
22	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	6000	Quilograma	R\$ 7,0200	29/11/2024	Sim
23	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	1100	Quilograma	R\$ 5,6500	28/11/2024	Sim
24	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	3000	Quilograma	R\$ 3,0000	28/11/2024	Sim
25	I	ESTADO DA BAHIA - Compras.gov.br	383	Quilograma	R\$ 8,9500	28/11/2024	Sim
26	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	21	Quilograma	R\$ 8,3300	28/11/2024	Sim
27	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. BAIANO - Compras.gov.br	1000	Quilograma	R\$ 9,6500	28/11/2024	Sim
28	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	132	Quilograma	R\$ 4,5000	28/11/2024	Sim
29	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	1125	Quilograma	R\$ 3,4500	27/11/2024	Sim
30	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	6290	Quilograma	R\$ 2,4800	27/11/2024	Sim
31	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	14000	Quilograma	R\$ 2,7000	27/11/2024	Sim
32	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	2500	Quilograma	R\$ 2,1500	26/11/2024	Sim
33	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	2000	Quilograma	R\$ 2,8000	26/11/2024	Sim
34	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	1000	Quilograma	R\$ 2,9500	26/11/2024	Sim
35	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	3500	Quilograma	R\$ 5,0000	26/11/2024	Sim
36	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	600	Quilograma	R\$ 4,3500	26/11/2024	Sim
37	I	ESP-UNIVERSIDADE DE SAO PAULO - USP - Compras.gov.br	61	Quilograma	R\$ 6,8000	26/11/2024	Sim
38	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUCATU - Compras.gov.br	12000	Quilograma	R\$ 3,5800	25/11/2024	Sim
39	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	2800	Quilograma	R\$ 5,1500	25/11/2024	Sim
40	I	PREFEITURA DE ARIQUEMES - Compras.gov.br	7680	Quilograma	R\$ 7,2800	25/11/2024	Sim
41	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	3640	Quilograma	R\$ 3,1000	25/11/2024	Sim
42	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	10001	Quilograma	R\$ 4,4000	25/11/2024	Sim
43	I	PREFEITURA DE RIO LARGO - AL - Compras.gov.br	450	Quilograma	R\$ 5,8000	25/11/2024	Sim
44	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	70	Quilograma	R\$ 4,9000	25/11/2024	Sim
i45	I	ESCOLA E.E.F.M.JOCELYN V.BORGES /PB - Compras.gov.br	500	Quilograma	R\$ 8,0000	24/11/2024	Sim
i46	I	CONSELHO ESC. ESTAD 1º GRAU DE DOIS RIACHOS - Compras.gov.br	80	Quilograma	R\$ 8,0000	24/11/2024	Sim

i 47		CONSELHO E.E.E.F.M.MONS. CONSTANTINO VIEIRA/PB - Compras. gov.br	135	Quilograma	R\$ 5,9900	22/11/2024	Sim
48		ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	2500	Quilograma	R\$ 2,4800	22/11/2024	Sim
49		ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	2100	Quilograma	R\$ 2,5000	22/11/2024	Sim
50		COMANDO DO EXERCITO - Compras. gov.br	6000	Quilograma	R\$ 2,6600	22/11/2024	Sim

Legenda:
▲ Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.
i Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 7

Descrição do item			Unidade de Fornecimento	Quantidade
463753 - Legume In Natura Tipo: Batata Doce			Quilograma	5000
Consolidação dos preços cotados				
Menor Preço	Média	<div><div></div></div> Mediana	Coeficiente de Variação: 68,2431%	
R\$ 1,1500	R\$ 4,5716	R\$ 3,9750	Desvio Padrão: 3.1198	
			Maior Preço: R\$ 15,9900	
Método de cálculo adotado: Mediana				



Filtro Aplicado

Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1		INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO R. G.DO NORTE - Compras.gov.br	200	Quilograma	R\$ 4,9100	05/12/2024	Sim
2		INST.FED.DE EDUC., CIENC.E TECNOLOGIA PIAUi - Compras.gov.br	100	Quilograma	R\$ 8,4100	05/12/2024	Sim
3		ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	240	Quilograma	R\$ 1,1500	04/12/2024	Sim
4		MINISTERIO DA EDUCACAO - Compras.gov.br	200	Quilograma	R\$ 1,9000	04/12/2024	Sim
5		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	17768	Quilograma	R\$ 3,3000	04/12/2024	Sim
i 6		PREFEITURA MUNICIPAL DE SAQUAREMA - Compras.gov.br	6458	Quilograma	R\$ 15,9900	03/12/2024	Sim
7		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	650	Quilograma	R\$ 1,6000	03/12/2024	Sim
8		ESP-UNIV EST PAUL.JULIO MESQ. FILHO-UNESP - Compras.gov.br	100	Quilograma	R\$ 3,2500	03/12/2024	Sim
9		ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	200	Quilograma	R\$ 1,3500	02/12/2024	Sim
10		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	5200	Quilograma	R\$ 3,8500	02/12/2024	Sim
11		ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	300	Quilograma	R\$ 2,3000	02/12/2024	Sim
12		INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. FLUMINENSE - Compras.gov.br	300	Quilograma	R\$ 9,9600	02/12/2024	Sim
13		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	20	Quilograma	R\$ 2,9400	02/12/2024	Sim
14		ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	3120	Quilograma	R\$ 1,6000	29/11/2024	Sim
15		ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	5000	Quilograma	R\$ 1,7000	29/11/2024	Sim
INST.BRAS.DO MEIO AMB.E DOS REC.							

16	I	NAT.RENOVAV. - Compras.gov.br	260	Quilograma	R\$ 1,5000	29/11/2024	Sim
17	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	600	Quilograma	R\$ 4,3600	29/11/2024	Sim
18	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	150	Quilograma	R\$ 4,3600	29/11/2024	Sim
19	I	MINISTERIO DEFESA - Compras.gov.br	2200	Quilograma	R\$ 6,4900	29/11/2024	Sim
20	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	1500	Quilograma	R\$ 1,5000	28/11/2024	Sim
21	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	100	Quilograma	R\$ 1,8900	28/11/2024	Sim
22	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	50	Quilograma	R\$ 7,2900	28/11/2024	Sim
23	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DA PARAIBA - Compras.gov.br	500	Quilograma	R\$ 3,6000	28/11/2024	Sim
24	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	150	Quilograma	R\$ 4,2400	28/11/2024	Sim
25	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	150	Quilograma	R\$ 4,2400	28/11/2024	Sim
26	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. BAIANO - Compras.gov.br	480	Quilograma	R\$ 6,8800	28/11/2024	Sim
27	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	4000	Quilograma	R\$ 1,8000	27/11/2024	Sim
28	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	1000	Quilograma	R\$ 1,7300	26/11/2024	Sim
29	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	500	Quilograma	R\$ 2,1000	26/11/2024	Sim
30	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	1000	Quilograma	R\$ 4,1000	26/11/2024	Sim
31	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	400	Quilograma	R\$ 3,4900	26/11/2024	Sim
32	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	60	Quilograma	R\$ 7,2900	26/11/2024	Sim
33	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	900	Quilograma	R\$ 1,4000	25/11/2024	Sim
34	I	PREFEITURA DE ARIQUEMES - Compras.gov.br	250	Quilograma	R\$ 6,1800	25/11/2024	Sim
35	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	781	Quilograma	R\$ 7,7900	25/11/2024	Sim
36	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	781	Quilograma	R\$ 6,5000	25/11/2024	Sim
37	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	2541	Quilograma	R\$ 1,8500	25/11/2024	Sim
i38	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE LEOPOLDINA - MG - Compras.gov.br	500	Quilograma	R\$ 5,6800	24/11/2024	Sim
i39	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	1458	Quilograma	R\$ 11,1700	24/11/2024	Sim
40	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	1000	Quilograma	R\$ 1,6800	22/11/2024	Sim
41	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	1000	Quilograma	R\$ 1,2000	22/11/2024	Sim
42	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. BAIANO - Compras.gov.br	45	Quilograma	R\$ 7,6700	22/11/2024	Sim
43	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. BAIANO - Compras.gov.br	41	Quilograma	R\$ 7,6700	22/11/2024	Sim
44	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. BAIANO - Compras.gov.br	41	Quilograma	R\$ 7,6700	22/11/2024	Sim
45	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. BAIANO - Compras.gov.br	41	Quilograma	R\$ 7,6700	22/11/2024	Sim
46	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. BAIANO - Compras.gov.br	41	Quilograma	R\$ 7,6700	22/11/2024	Sim
47	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. BAIANO - Compras.gov.br	41	Quilograma	R\$ 7,6700	22/11/2024	Sim

48	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	2000	Quilograma	R\$ 2,1800	21/11/2024	Sim
49	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	4500	Quilograma	R\$ 4,3200	21/11/2024	Sim
50	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	900	Quilograma	R\$ 1,5400	19/11/2024	Sim

Legenda:
 Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.
 Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 8

Descrição do item
463767 - Legume In Natura Tipo: Beterraba


Unidade de Fornecimento
Quilograma

Quantidade
3600

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço
R\$ 0,9000

Média
R\$ 4,5480

 Mediana
R\$ 3,8250

Coefficiente de Variação: 72,9573%
Desvio Padrão: 3,3181
Maior Preço: R\$ 17,3300



Método de cálculo adotado: Mediana

Filtro Aplicado
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	UNIVERSIDADE EST DE CIÊN DA SAÚDE DE ALAGOAS - Compras.gov.br	1409	Quilograma	R\$ 4,2500	05/12/2024	Sim
2	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	100	Quilograma	R\$ 3,8000	05/12/2024	Sim
3	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	3008	Quilograma	R\$ 0,9000	04/12/2024	Sim
4	I	MINISTERIO DA EDUCACAO - Compras.gov.br	340	Quilograma	R\$ 2,8000	04/12/2024	Sim
5	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	600	Quilograma	R\$ 2,2000	04/12/2024	Sim
6	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	23623	Quilograma	R\$ 4,9000	04/12/2024	Sim
 7	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAQUAREMA - Compras.gov.br	6458	Quilograma	R\$ 17,3300	03/12/2024	Sim
8	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	4320	Quilograma	R\$ 1,3000	03/12/2024	Sim
9	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	1000	Quilograma	R\$ 1,5000	03/12/2024	Sim
10	I	PREFEITURA DE VERA CRUZ DO OESTE - PR - Compras.gov.br	1000	Quilograma	R\$ 3,5000	03/12/2024	Sim
11	I	ESP-UNIV EST PAUL.JULIO MESQ. FILHO-UNESP - Compras.gov.br	2000	Quilograma	R\$ 1,9500	03/12/2024	Sim
12	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	3800	Quilograma	R\$ 1,2900	02/12/2024	Sim
13	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	2280	Quilograma	R\$ 1,4000	02/12/2024	Sim
14	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	8602	Quilograma	R\$ 3,8500	02/12/2024	Sim
15	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	150	Quilograma	R\$ 4,3300	02/12/2024	Sim
16	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	150	Quilograma	R\$ 4,7500	02/12/2024	Sim
17	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. FLUMINENSE - Compras.gov.br	200	Quilograma	R\$ 10,6000	02/12/2024	Sim

18	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	150	Quilograma	R\$ 4,2400	02/12/2024	Sim
19	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	4000	Quilograma	R\$ 1,5500	29/11/2024	Sim
20	I	INST.BRAS.DO MEIO AMB.E DOS REC. NAT.RENOVAV. - Compras.gov.br	364	Quilograma	R\$ 3,0000	29/11/2024	Sim
21	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TECNOLOGIA DA BAHIA - Compras.gov.br	10	Quilograma	R\$ 5,8000	29/11/2024	Sim
22	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	1500	Quilograma	R\$ 1,6500	28/11/2024	Sim
23	I	PREFEITURA DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR - Compras.gov.br	400	Quilograma	R\$ 3,9900	28/11/2024	Sim
24	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	7	Quilograma	R\$ 9,9400	28/11/2024	Sim
25	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	50	Quilograma	R\$ 8,8900	28/11/2024	Sim
26	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	100	Quilograma	R\$ 4,7500	28/11/2024	Sim
27	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	1260	Quilograma	R\$ 2,1100	27/11/2024	Sim
28	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	1428	Quilograma	R\$ 1,3400	27/11/2024	Sim
29	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	6500	Quilograma	R\$ 1,9000	27/11/2024	Sim
30	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	40	Quilograma	R\$ 12,0000	27/11/2024	Sim
31	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	10170	Quilograma	R\$ 4,8100	27/11/2024	Sim
32	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	1600	Quilograma	R\$ 1,3500	26/11/2024	Sim
33	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	2000	Quilograma	R\$ 2,4000	26/11/2024	Sim
34	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	1000	Quilograma	R\$ 2,3000	26/11/2024	Sim
35	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	100	Quilograma	R\$ 2,8000	26/11/2024	Sim
36	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	1000	Quilograma	R\$ 3,2000	26/11/2024	Sim
37	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	400	Quilograma	R\$ 4,4300	26/11/2024	Sim
38	I	ESP-UNIVERSIDADE DE SAO PAULO - USP - Compras.gov.br	100	Quilograma	R\$ 5,2200	26/11/2024	Sim
39	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	350	Quilograma	R\$ 8,8900	26/11/2024	Sim
40	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUCATU - Compras.gov.br	2000	Quilograma	R\$ 3,1500	25/11/2024	Sim
41	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	1000	Quilograma	R\$ 2,0000	25/11/2024	Sim
42	I	PREFEITURA DE ARIQUEMES - Compras.gov.br	1455	Quilograma	R\$ 6,3800	25/11/2024	Sim
43	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	823	Quilograma	R\$ 10,3300	25/11/2024	Sim
44	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	823	Quilograma	R\$ 4,4500	25/11/2024	Sim
45	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	4170	Quilograma	R\$ 3,6500	25/11/2024	Sim
46	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	42	Quilograma	R\$ 5,9900	25/11/2024	Sim
47	I	PREFEITURA DE RIO LARGO - AL - Compras.gov.br	150	Quilograma	R\$ 4,9800	25/11/2024	Sim
48	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE LEOPOLDINA - MG - Compras.gov.br	420	Quilograma	R\$ 9,0800	24/11/2024	Sim

i 49		ESCOLA E.E.F.M.JOCELYN V.BORGES /PB - Compras.gov.br	300 Quilograma	R\$ 8,0000	24/11/2024	Sim
50		ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	1500 Quilograma	R\$ 2,1800	22/11/2024	Sim

Legenda:
 Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.
 Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 9

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
463781 - Legume In Natura Tipo: Cebola Branca	Quilograma	3800
Consolidação dos preços cotados		
Menor Preço	Média	● Mediana
R\$ 1,5000	R\$ 5,5814	R\$ 5,2350
Método de cálculo adotado: Mediana		
Coeficiente de Variação: 61,0420% Desvio Padrão: 3,4070 Maior Preço: R\$ 14,5200		

Filtro Aplicado
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1		UNIVERSIDADE EST DE CIÊN DA SAÚDE DE ALAGOAS - Compras.gov.br	7337	Quilograma	R\$ 2,3799	05/12/2024	Sim
2		INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO R. G.DO NORTE - Compras.gov.br	80	Quilograma	R\$ 9,7700	05/12/2024	Sim
3		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	60	Quilograma	R\$ 3,6000	05/12/2024	Sim
4		ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	119	Quilograma	R\$ 5,4900	05/12/2024	Sim
i 5		CONSELHO EECIEE MÉDIO J ROLDERICK DE OLIVEIRA - Compras.gov.br	800	Quilograma	R\$ 12,0000	04/12/2024	Sim
6		MINISTERIO DA SAUDE - Compras.gov.br	240	Quilograma	R\$ 7,7200	04/12/2024	Sim
7		MINISTERIO DA SAUDE - Compras.gov.br	264	Quilograma	R\$ 5,5000	04/12/2024	Sim
8		ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	1400	Quilograma	R\$ 1,6800	04/12/2024	Sim
9		MINISTERIO DA EDUCACAO - Compras.gov.br	800	Quilograma	R\$ 3,2000	04/12/2024	Sim
10		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	1500	Quilograma	R\$ 2,8000	04/12/2024	Sim
11		INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO R. G.DO NORTE - Compras.gov.br	200	Quilograma	R\$ 7,6700	04/12/2024	Sim
12		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	31336	Quilograma	R\$ 2,8900	04/12/2024	Sim
i 13		CONSELHO E.E.E DE E.INF E.MIGUEL SANTA CRUZ - Compras.gov.br	400	Quilograma	R\$ 6,0000	03/12/2024	Sim
14		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	1500	Quilograma	R\$ 1,5000	03/12/2024	Sim
15		PREFEITURA DE VERA CRUZ DO OESTE - PR - Compras.gov.br	2000	Quilograma	R\$ 3,2000	03/12/2024	Sim
16		ESP-UNIV EST PAUL.JULIO MESQ. FILHO-UNESP - Compras.gov.br	10000	Quilograma	R\$ 2,4000	03/12/2024	Sim
17		ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	6800	Quilograma	R\$ 1,6000	02/12/2024	Sim
		ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO					

18	I	PENITENCIARIA - Compras.gov.br	1750	Quilograma	R\$ 1,5000	02/12/2024	Sim
i19	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	100	Quilograma	R\$ 6,9500	02/12/2024	Sim
i20	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	40	Quilograma	R\$ 6,9500	02/12/2024	Sim
21	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. FLUMINENSE - Compras.gov.br	200	Quilograma	R\$ 11,2000	02/12/2024	Sim
22	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	30	Quilograma	R\$ 3,1500	02/12/2024	Sim
23	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	4000	Quilograma	R\$ 1,7000	29/11/2024	Sim
24	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TECNOLOGIA DA BAHIA - Compras.gov.br	325	Quilograma	R\$ 4,4000	29/11/2024	Sim
25	I	FUNDACAO NACIONAL DO INDIO - Compras.gov.br	105	Quilograma	R\$ 6,8500	29/11/2024	Sim
26	I	MINISTERIO DEFESA - Compras.gov.br	4400	Quilograma	R\$ 6,0400	29/11/2024	Sim
27	I	AUTARQUIA MUNICIPAL DE EDUCACAO DE APUCARANA - Compras.gov.br	15000	Quilograma	R\$ 2,9000	28/11/2024	Sim
28	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DA PARAIBA - Compras.gov.br	500	Quilograma	R\$ 5,3900	28/11/2024	Sim
29	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	67	Quilograma	R\$ 5,4500	28/11/2024	Sim
30	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	4190	Quilograma	R\$ 1,5000	27/11/2024	Sim
31	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	1000	Quilograma	R\$ 4,5000	26/11/2024	Sim
32	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	600	Quilograma	R\$ 4,1900	26/11/2024	Sim
33	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUCATU - Compras.gov.br	4000	Quilograma	R\$ 3,5000	25/11/2024	Sim
34	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TECNOLOGIA DA BAHIA - Compras.gov.br	400	Quilograma	R\$ 5,4800	25/11/2024	Sim
35	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	864	Quilograma	R\$ 7,5900	25/11/2024	Sim
36	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	864	Quilograma	R\$ 3,5000	25/11/2024	Sim
37	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	3540	Quilograma	R\$ 3,3800	25/11/2024	Sim
38	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	126	Quilograma	R\$ 4,0000	25/11/2024	Sim
i39	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	2657	Quilograma	R\$ 14,5200	24/11/2024	Sim
i40	I	ESCOLA E.E.F.M.JOCELYN V.BORGES /PB - Compras.gov.br	400	Quilograma	R\$ 8,0000	24/11/2024	Sim
i41	I	CONSELHO ESC. ESTAD 1º GRAU DE DOIS RIACHOS - Compras.gov.br	80	Quilograma	R\$ 8,0000	24/11/2024	Sim
i42	I	CONSELHO E.E.E.F.M.MONS. CONSTANTINO VIEIRA/PB - Compras.gov.br	110	Quilograma	R\$ 7,9900	22/11/2024	Sim
43	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	1500	Quilograma	R\$ 2,5000	22/11/2024	Sim
44	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	40421	Quilograma	R\$ 2,0000	22/11/2024	Sim
45	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	100	Quilograma	R\$ 14,5200	22/11/2024	Sim
46	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. BAIANO - Compras.gov.br	500	Quilograma	R\$ 7,2100	22/11/2024	Sim
47	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. BAIANO - Compras.gov.br	500	Quilograma	R\$ 7,2100	22/11/2024	Sim
	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br					

48	I	gov.br	2086	Quilograma	R\$ 14,5200	22/11/2024	Sim
49	I	PREFEITURA DE BOA VISTA DA APARECIDA - PR - Compras.gov.br	15	Quilograma	R\$ 5,0800	21/11/2024	Sim
50	I	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARA - Compras.gov.br	360	Quilograma	R\$ 8,0000	21/11/2024	Sim

Legenda:

▲ Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.

i Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 10

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
463770 - Legume In Natura Tipo: Cenoura	Quilograma	3600
Consolidação dos preços cotados		
Menor Preço	Média	● Mediana
R\$ 1,0500	R\$ 4,4826	R\$ 3,9500
Método de cálculo adotado: Mediana		
Coeficiente de Variação: 63,6885%		
Desvio Padrão: 2,8549		
Maior Preço: R\$ 10,4600		



Filtro Aplicado

Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	UNIVERSIDADE EST DE CIÊN DA SAÚDE DE ALAGOAS - Compras.gov.br	9696	Quilograma	R\$ 3,0500	05/12/2024	Sim
2	I	INST.FED.DE EDUC., CIENC.E TECNOLOGIA PIAUí - Compras.gov.br	40	Quilograma	R\$ 9,8700	05/12/2024	Sim
3	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	150	Quilograma	R\$ 4,2000	05/12/2024	Sim
4	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	168	Quilograma	R\$ 8,3400	05/12/2024	Sim
i 5	I	CONSELHO EECIEE MÉDIO J ROLDERICK DE OLIVEIRA - Compras.gov.br	400	Quilograma	R\$ 8,5000	04/12/2024	Sim
6	I	MINISTERIO DA EDUCACAO - Compras.gov.br	860	Quilograma	R\$ 2,8500	04/12/2024	Sim
7	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	1800	Quilograma	R\$ 2,0000	04/12/2024	Sim
8	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	30274	Quilograma	R\$ 4,2000	04/12/2024	Sim
9	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	3600	Quilograma	R\$ 1,1500	03/12/2024	Sim
10	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	1500	Quilograma	R\$ 1,8000	03/12/2024	Sim
11	I	ESP-UNIV EST PAUL.JULIO MESQ. FILHO-UNESP - Compras.gov.br	4000	Quilograma	R\$ 1,8500	03/12/2024	Sim
12	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	6800	Quilograma	R\$ 1,3400	02/12/2024	Sim
13	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	1306	Quilograma	R\$ 1,3000	02/12/2024	Sim
14	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	1000	Quilograma	R\$ 1,6500	02/12/2024	Sim
15	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	150	Quilograma	R\$ 5,0300	02/12/2024	Sim
16	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	150	Quilograma	R\$ 5,0000	02/12/2024	Sim
17	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. FLUMINENSE - Compras.gov.br	200	Quilograma	R\$ 10,4600	02/12/2024	Sim

18	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	195	Quilograma	R\$ 3,1100	02/12/2024	Sim
19	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	5500	Quilograma	R\$ 1,4500	29/11/2024	Sim
20	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	4000	Quilograma	R\$ 1,3500	29/11/2024	Sim
21	I	INST.BRAS.DO MEIO AMB.E DOS REC. NAT.RENOVAV. - Compras.gov.br	260	Quilograma	R\$ 3,0000	29/11/2024	Sim
22	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TECNOLOGIA DA BAHIA - Compras.gov.br	730	Quilograma	R\$ 4,2000	29/11/2024	Sim
23	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	1800	Quilograma	R\$ 1,9400	28/11/2024	Sim
24	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	1000	Quilograma	R\$ 4,7000	28/11/2024	Sim
25	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	58	Quilograma	R\$ 8,7600	28/11/2024	Sim
26	I	AUTARQUIA MUNICIPAL DE EDUCACAO DE APUCARANA - Compras.gov.br	5000	Quilograma	R\$ 1,9500	28/11/2024	Sim
27	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	50	Quilograma	R\$ 8,8900	28/11/2024	Sim
28	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	100	Quilograma	R\$ 7,9900	28/11/2024	Sim
29	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	100	Quilograma	R\$ 7,9900	28/11/2024	Sim
30	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. BAIANO - Compras.gov.br	400	Quilograma	R\$ 8,0800	28/11/2024	Sim
31	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	453	Quilograma	R\$ 4,0000	28/11/2024	Sim
32	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	60	Quilograma	R\$ 6,4500	28/11/2024	Sim
33	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	900	Quilograma	R\$ 1,8500	27/11/2024	Sim
34	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	1281	Quilograma	R\$ 1,2000	27/11/2024	Sim
35	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	9500	Quilograma	R\$ 1,8000	27/11/2024	Sim
36	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	11820	Quilograma	R\$ 5,0900	27/11/2024	Sim
37	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	1500	Quilograma	R\$ 1,7300	26/11/2024	Sim
38	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	450	Quilograma	R\$ 1,6500	26/11/2024	Sim
39	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	800	Quilograma	R\$ 3,6000	26/11/2024	Sim
40	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	500	Quilograma	R\$ 3,4000	26/11/2024	Sim
41	I	ESP-UNIVERSIDADE DE SAO PAULO - USP - Compras.gov.br	66	Quilograma	R\$ 4,4500	26/11/2024	Sim
42	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	300	Quilograma	R\$ 8,8900	26/11/2024	Sim
43	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUCATU - Compras.gov.br	4000	Quilograma	R\$ 3,6000	25/11/2024	Sim
44	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	600	Quilograma	R\$ 1,0500	25/11/2024	Sim
45	I	PREFEITURA DE ARIQUEMES - Compras.gov.br	4262	Quilograma	R\$ 6,7900	25/11/2024	Sim
46	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	1144	Quilograma	R\$ 9,9800	25/11/2024	Sim
47	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	1144	Quilograma	R\$ 9,0000	25/11/2024	Sim
		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br					

48	I	gov.br	3611	Quilograma	R\$ 3,9000	25/11/2024	Sim
49	I	PREFEITURA DE RIO LARGO - AL - Compras.gov.br	400	Quilograma	R\$ 4,7000	25/11/2024	Sim
50	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	212	Quilograma	R\$ 5,0000	25/11/2024	Sim

Legenda:
 Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.
 Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 11

Descrição do item

463778 - Legume In Natura Tipo: Chuchu Verde

Unidade de Fornecimento

Quilograma

Quantidade

3200

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço

R\$ 0,4200

Média

R\$ 2,7852

● Mediana

R\$ 1,9900

Coefficiente de Variação: 63,1660%

Desvio Padrão: 1,7593

Maior Preço: R\$ 8,0000


Método de cálculo adotado: Mediana

Filtro Aplicado
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	UNIVERSIDADE EST DE CIÊN DA SAÚDE DE ALAGOAS - Compras.gov.br	7875	Quilograma	R\$ 1,8400	05/12/2024	Sim
2	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	1300	Quilograma	R\$ 1,2500	04/12/2024	Sim
3	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	800	Quilograma	R\$ 1,2000	04/12/2024	Sim
4	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	1216	Quilograma	R\$ 1,1300	04/12/2024	Sim
5	I	MINISTERIO DA EDUCACAO - Compras.gov.br	300	Quilograma	R\$ 2,0000	04/12/2024	Sim
6	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	1500	Quilograma	R\$ 1,8000	04/12/2024	Sim
7	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	2520	Quilograma	R\$ 1,4000	03/12/2024	Sim
8	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	650	Quilograma	R\$ 1,2000	03/12/2024	Sim
9	I	ESP-UNIV EST PAUL.JULIO MESQ. FILHO-UNESP - Compras.gov.br	2000	Quilograma	R\$ 2,9500	03/12/2024	Sim
10	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	6120	Quilograma	R\$ 1,3000	02/12/2024	Sim
11	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	5400	Quilograma	R\$ 1,3000	02/12/2024	Sim
12	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	3268	Quilograma	R\$ 2,9500	02/12/2024	Sim
13	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	600	Quilograma	R\$ 3,0000	02/12/2024	Sim
14	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. FLUMINENSE - Compras.gov.br	200	Quilograma	R\$ 6,0600	02/12/2024	Sim
15	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	50	Quilograma	R\$ 3,1800	02/12/2024	Sim
16	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	6000	Quilograma	R\$ 2,9000	29/11/2024	Sim
17	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	4000	Quilograma	R\$ 1,7800	29/11/2024	Sim
		ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO					

18	I	PENITENCIARIA - Compras.gov.br	1800	Quilograma	R\$ 1,9600	28/11/2024	Sim
19	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	900	Quilograma	R\$ 1,3800	28/11/2024	Sim
20	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	500	Quilograma	R\$ 1,3900	28/11/2024	Sim
21	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	1000	Quilograma	R\$ 1,7500	28/11/2024	Sim
22	I	AUTARQUIA MUNICIPAL DE EDUCACÃO DE APUCARANA - Compras.gov.br	5000	Quilograma	R\$ 1,9800	28/11/2024	Sim
23	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	50	Quilograma	R\$ 3,5200	28/11/2024	Sim
24	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	50	Quilograma	R\$ 3,5200	28/11/2024	Sim
25	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	180	Quilograma	R\$ 5,5000	28/11/2024	Sim
26	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	900	Quilograma	R\$ 1,6000	27/11/2024	Sim
27	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	917	Quilograma	R\$ 1,5000	27/11/2024	Sim
28	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	1000	Quilograma	R\$ 1,8000	27/11/2024	Sim
29	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	800	Quilograma	R\$ 1,4000	26/11/2024	Sim
30	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	1500	Quilograma	R\$ 1,6500	26/11/2024	Sim
31	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	800	Quilograma	R\$ 2,0000	26/11/2024	Sim
32	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	300	Quilograma	R\$ 5,3500	26/11/2024	Sim
33	I	ESP-UNIVERSIDADE DE SAO PAULO - USP - Compras.gov.br	68	Quilograma	R\$ 4,4000	26/11/2024	Sim
34	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUCATU - Compras.gov.br	3000	Quilograma	R\$ 3,6500	25/11/2024	Sim
35	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	400	Quilograma	R\$ 1,3900	25/11/2024	Sim
36	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	320	Quilograma	R\$ 2,8500	25/11/2024	Sim
37	I	PREFEITURA DE RIO LARGO - AL - Compras.gov.br	400	Quilograma	R\$ 4,1000	25/11/2024	Sim
38	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	35	Quilograma	R\$ 4,0000	25/11/2024	Sim
i39	I	ESCOLA E.E.F.M.JOCELYN V.BORGES /PB - Compras.gov.br	150	Quilograma	R\$ 8,0000	24/11/2024	Sim
i40	I	CONSELHO ESCOLA DA ECIT OTAVIA SILVEIRA/PB - Compras.gov.br	270	Quilograma	R\$ 4,5000	24/11/2024	Sim
i41	I	CONSELHO E.E.E.F.M.MONS. CONSTANTINO VIEIRA/PB - Compras.gov.br	90	Quilograma	R\$ 6,9900	22/11/2024	Sim
42	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	1500	Quilograma	R\$ 2,1800	22/11/2024	Sim
43	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	720	Quilograma	R\$ 1,6000	22/11/2024	Sim
44	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	300	Quilograma	R\$ 1,9000	22/11/2024	Sim
45	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	17561	Quilograma	R\$ 0,4200	22/11/2024	Sim
46	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. BAIANO - Compras.gov.br	100	Quilograma	R\$ 4,7500	22/11/2024	Sim
47	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. BAIANO - Compras.gov.br	100	Quilograma	R\$ 4,7500	22/11/2024	Sim
48	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	2000	Quilograma	R\$ 2,0000	21/11/2024	Sim

i 49		CONSELHO E.E.E.E.F.M.PROF.GETULIO C.R.GUEDES - Compras.gov.br	100 Quilograma	R\$ 7,1400	19/11/2024	Sim
50		ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	4250 Quilograma	R\$ 1,1000	19/11/2024	Sim

Legenda:
 Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.
i Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 12

Descrição do item
464393 - Fruta Tipo: Laranja Pera , Apresentação: Natural

Unidade de Fornecimento
Quilograma

Quantidade
7000

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço
R\$ 1,8400

Média
R\$ 4,4594

● Mediana
R\$ 4,0000



Coeficiente de Variação: 29,9659%
Desvio Padrão: 1,3363
Maior Preço: R\$ 9,5300

Método de cálculo adotado: Mediana

Filtro Aplicado
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1		ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	3000	Quilograma	R\$ 2,9500	05/12/2024	Sim
2		ESTADO DE SAO PAULO - Compras. gov.br	6000	Quilograma	R\$ 4,1500	05/12/2024	Sim
3		INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO R. G.DO NORTE - Compras.gov.br	500	Quilograma	R\$ 7,3200	05/12/2024	Sim
4		COMANDO DO EXERCITO - Compras. gov.br	120	Quilograma	R\$ 5,5300	05/12/2024	Sim
5		MINISTERIO DA SAUDE - Compras.gov. br	960	Quilograma	R\$ 8,4800	04/12/2024	Sim
6		ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	4000	Quilograma	R\$ 3,8400	04/12/2024	Sim
7		ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	2280	Quilograma	R\$ 3,9000	04/12/2024	Sim
8		MINISTERIO DA EDUCACAO - Compras. gov.br	800	Quilograma	R\$ 5,5000	04/12/2024	Sim
9		COMANDO DO EXERCITO - Compras. gov.br	10000	Quilograma	R\$ 3,8000	04/12/2024	Sim
10		INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO R. G.DO NORTE - Compras.gov.br	100	Quilograma	R\$ 5,5300	04/12/2024	Sim
11		INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO R. G.DO NORTE - Compras.gov.br	100	Quilograma	R\$ 5,5300	04/12/2024	Sim
12		COMANDO DO EXERCITO - Compras. gov.br	16730	Quilograma	R\$ 3,9900	04/12/2024	Sim
13		ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	2160	Quilograma	R\$ 3,4000	03/12/2024	Sim
14		ESTADO DE SAO PAULO - Compras. gov.br	5000	Quilograma	R\$ 3,8000	03/12/2024	Sim
15		ESTADO DE SAO PAULO - Compras. gov.br	15000	Quilograma	R\$ 3,8000	03/12/2024	Sim
16		COMANDO DO EXERCITO - Compras. gov.br	3250	Quilograma	R\$ 4,4000	03/12/2024	Sim
17		PREFEITURA DE VERA CRUZ DO OESTE - PR - Compras.gov.br	5000	Quilograma	R\$ 4,5000	03/12/2024	Sim
18		ESP-UNIV EST PAUL.JULIO MESQ. FILHO-UNESP - Compras.gov.br	3000	Quilograma	R\$ 3,9000	03/12/2024	Sim

19		INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE GOIÁS - Compras.gov.br	600	Quilograma	R\$ 5,8900	03/12/2024	Sim
20		ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	6925	Quilograma	R\$ 3,3400	02/12/2024	Sim
21		ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	20775	Quilograma	R\$ 3,3900	02/12/2024	Sim
22		ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	2325	Quilograma	R\$ 3,8000	02/12/2024	Sim
23		ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	6600	Quilograma	R\$ 3,7500	02/12/2024	Sim
24		ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	5000	Quilograma	R\$ 3,7500	02/12/2024	Sim
25		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	160	Quilograma	R\$ 4,5500	02/12/2024	Sim
26		COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	800	Quilograma	R\$ 4,8500	02/12/2024	Sim
27		COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	800	Quilograma	R\$ 4,8500	02/12/2024	Sim
28		ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	6000	Quilograma	R\$ 4,3000	29/11/2024	Sim
29		INST.BRAS.DO MEIO AMB.E DOS REC. NAT.RENOVAV. - Compras.gov.br	312	Quilograma	R\$ 3,0000	29/11/2024	Sim
30		INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TECNOLOGIA DA BAHIA - Compras.gov.br	15	Quilograma	R\$ 4,4000	29/11/2024	Sim
31		COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	500	Quilograma	R\$ 4,3200	29/11/2024	Sim
32		COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	100	Quilograma	R\$ 4,3200	29/11/2024	Sim
33		ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	2700	Quilograma	R\$ 3,4000	28/11/2024	Sim
34		INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DE SÃO PAULO - Compras.gov.br	1500	Quilograma	R\$ 5,1700	28/11/2024	Sim
35		INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DA PARAIBA - Compras.gov.br	700	Quilograma	R\$ 3,4900	28/11/2024	Sim
36		INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. BAIANO - Compras.gov.br	2000	Quilograma	R\$ 1,8400	28/11/2024	Sim
37		ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	973	Quilograma	R\$ 4,0000	28/11/2024	Sim
38		ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	44	Quilograma	R\$ 4,0000	28/11/2024	Sim
39		ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	630	Quilograma	R\$ 3,8400	27/11/2024	Sim
40		ESTADO DE RONDONIA - Compras.gov.br	17812	Quilograma	R\$ 6,6800	27/11/2024	Sim
41		PRESIDENCIA DA REPUBLICA - Compras.gov.br	7600	Quilograma	R\$ 3,7700	27/11/2024	Sim
42		ESTADO DO PARANA - Compras.gov.br	380	Quilograma	R\$ 5,9900	27/11/2024	Sim
43		COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	14800	Quilograma	R\$ 3,6000	27/11/2024	Sim
44		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	40	Quilograma	R\$ 9,5300	27/11/2024	Sim
45		COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	6955	Quilograma	R\$ 4,6300	27/11/2024	Sim
46		COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	20865	Quilograma	R\$ 4,6500	27/11/2024	Sim
47		ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	5300	Quilograma	R\$ 3,6500	26/11/2024	Sim
48		ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	3500	Quilograma	R\$ 3,7500	26/11/2024	Sim
49		ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	1200	Quilograma	R\$ 4,2000	26/11/2024	Sim

Legenda:
 Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.
 Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 13

Descrição do item

Unidade de Fornecimento

Quantidade

464398 - Fruta Tipo: Limão Taiti , Apresentação: Natural


Quilograma

1000

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço

Média

 Mediana

Coefficiente de Variação: 42,6304%

R\$ 1,8500

R\$ 5,1862

R\$ 4,4950

Desvio Padrão: 2,2109

Maior Preço: R\$ 10,4200

Método de cálculo adotado: Mediana

Filtro Aplicado
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RJ - Compras.gov.br	25	Quilograma	R\$ 8,1000	05/12/2024	Sim
2	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RJ - Compras.gov.br	25	Quilograma	R\$ 8,1000	05/12/2024	Sim
3	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RJ - Compras.gov.br	25	Quilograma	R\$ 8,1000	05/12/2024	Sim
4	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RJ - Compras.gov.br	25	Quilograma	R\$ 10,3300	05/12/2024	Sim
5	I	MINISTERIO DA SAUDE - Compras.gov.br	144	Quilograma	R\$ 10,4200	04/12/2024	Sim
6	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	200	Quilograma	R\$ 1,8500	04/12/2024	Sim
7	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	184	Quilograma	R\$ 3,9800	04/12/2024	Sim
8	I	MINISTERIO DA EDUCACAO - Compras.gov.br	120	Quilograma	R\$ 3,7500	04/12/2024	Sim
9	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	1000	Quilograma	R\$ 2,9900	04/12/2024	Sim
10	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	17880	Quilograma	R\$ 3,2300	04/12/2024	Sim
11	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	360	Quilograma	R\$ 3,0000	03/12/2024	Sim
12	I	ESTADO DE SAO PAULO - Compras.gov.br	1000	Quilograma	R\$ 2,7000	03/12/2024	Sim
13	I	ESTADO DE SAO PAULO - Compras.gov.br	3000	Quilograma	R\$ 2,7000	03/12/2024	Sim
14	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	1950	Quilograma	R\$ 1,9000	03/12/2024	Sim
15	I	ESP-UNIV EST PAUL.JULIO MESQ. FILHO-UNESP - Compras.gov.br	200	Quilograma	R\$ 4,5000	03/12/2024	Sim
16	I	INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO - Compras.gov.br	118	Quilograma	R\$ 7,4800	03/12/2024	Sim
17	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	8913	Quilograma	R\$ 3,9000	02/12/2024	Sim
18	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	200	Quilograma	R\$ 4,5900	02/12/2024	Sim
19	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	250	Quilograma	R\$ 5,1400	02/12/2024	Sim

20	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	150	Quilograma	R\$ 3,4800	02/12/2024	Sim
21	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	250	Quilograma	R\$ 5,1600	02/12/2024	Sim
22	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	600	Quilograma	R\$ 4,4900	29/11/2024	Sim
23	I	ESTADO DO PARANA - Compras.gov.br	10	Quilograma	R\$ 9,7000	29/11/2024	Sim
24	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TECNOLOGIA DA BAHIA - Compras.gov.br	8	Quilograma	R\$ 4,4300	29/11/2024	Sim
25	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	150	Quilograma	R\$ 3,2500	29/11/2024	Sim
26	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	50	Quilograma	R\$ 3,2500	29/11/2024	Sim
27	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	70	Quilograma	R\$ 3,8000	28/11/2024	Sim
28	I	ESTADO DA BAHIA - Compras.gov.br	75	Quilograma	R\$ 7,7000	28/11/2024	Sim
29	I	PREFEITURA DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR - Compras.gov.br	500	Quilograma	R\$ 5,9900	28/11/2024	Sim
30	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	37	Quilograma	R\$ 4,7900	28/11/2024	Sim
31	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	40	Quilograma	R\$ 6,6400	28/11/2024	Sim
32	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	200	Quilograma	R\$ 3,6900	28/11/2024	Sim
33	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	126	Quilograma	R\$ 3,4600	27/11/2024	Sim
34	I	PRESIDENCIA DA REPUBLICA - Compras.gov.br	500	Quilograma	R\$ 4,5000	27/11/2024	Sim
35	I	ESTADO DO PARANA - Compras.gov.br	50	Quilograma	R\$ 6,7400	27/11/2024	Sim
36	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	4000	Quilograma	R\$ 3,2000	27/11/2024	Sim
37	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	3983	Quilograma	R\$ 5,3500	27/11/2024	Sim
38	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	170	Quilograma	R\$ 3,6500	26/11/2024	Sim
39	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	300	Quilograma	R\$ 3,7300	26/11/2024	Sim
40	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	40	Quilograma	R\$ 3,9000	26/11/2024	Sim
41	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	120	Quilograma	R\$ 2,9500	26/11/2024	Sim
42	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	400	Quilograma	R\$ 5,7300	26/11/2024	Sim
43	I	ESP-UNIVERSIDADE DE SAO PAULO - USP - Compras.gov.br	21	Quilograma	R\$ 7,3500	26/11/2024	Sim
44	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	35	Quilograma	R\$ 6,6400	26/11/2024	Sim
45	I	INST.FED.DE EDUC., CIENC.E TECNOLOGIA PIAUi - Compras.gov.br	20	Quilograma	R\$ 6,3300	26/11/2024	Sim
46	I	PREFEITURA DE ARIQUEMES - Compras.gov.br	361	Quilograma	R\$ 8,5000	25/11/2024	Sim
47	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	120	Quilograma	R\$ 8,4300	25/11/2024	Sim
48	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	120	Quilograma	R\$ 3,9000	25/11/2024	Sim
49	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	1540	Quilograma	R\$ 4,0000	25/11/2024	Sim
50	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	520	Quilograma	R\$ 7,8200	24/11/2024	Sim

Legenda:

Item: 14

Descrição do item

Unidade de Fornecimento

Quantidade

463795 - Legume In Natura Tipo: Mandioca / Aipim

Quilograma

3000

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço

Média

Mediana

Coeficiente de Variação: 62,2246%

R\$ 1,7000

R\$ 6,0100

R\$ 5,4800

Desvio Padrão: 3,7397

Maior Preço: R\$ 16,2100

Método de cálculo adotado: Mediana


Filtro Aplicado
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	ESTADO DE SAO PAULO - Compras.gov.br	300	Quilograma	R\$ 3,3000	05/12/2024	Sim
2	I	UNIVERSIDADE EST DE CIÊN DA SAÚDE DE ALAGOAS - Compras.gov.br	11340	Quilograma	R\$ 2,2500	05/12/2024	Sim
3	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO R. G.DO NORTE - Compras.gov.br	200	Quilograma	R\$ 8,7200	05/12/2024	Sim
4	I	INST.FED.DE EDUC., CIENC.E TECNOLOGIA PIAUi - Compras.gov.br	120	Quilograma	R\$ 8,1300	05/12/2024	Sim
5	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RJ - Compras.gov.br	66	Quilograma	R\$ 7,9300	05/12/2024	Sim
6	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RJ - Compras.gov.br	66	Quilograma	R\$ 10,9800	05/12/2024	Sim
7	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RJ - Compras.gov.br	66	Quilograma	R\$ 10,9800	05/12/2024	Sim
8	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RJ - Compras.gov.br	2	Quilograma	R\$ 7,9300	05/12/2024	Sim
9	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	1300	Quilograma	R\$ 1,8500	04/12/2024	Sim
10	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	400	Quilograma	R\$ 1,7900	04/12/2024	Sim
11	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	680	Quilograma	R\$ 1,8800	04/12/2024	Sim
12	I	MINISTERIO DA EDUCACAO - Compras.gov.br	600	Quilograma	R\$ 2,6000	04/12/2024	Sim
13	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	800	Quilograma	R\$ 2,3200	04/12/2024	Sim
14	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	18356	Quilograma	R\$ 2,7900	04/12/2024	Sim
i15	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAQUAREMA - Compras.gov.br	3642	Quilograma	R\$ 16,2100	03/12/2024	Sim
i16	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAQUAREMA - Compras.gov.br	23678	Quilograma	R\$ 5,3600	03/12/2024	Sim
i17	I	CONSELHO E.E.E DE E.INF E.MIGUEL SANTA CRUZ - Compras.gov.br	300	Quilograma	R\$ 4,0000	03/12/2024	Sim
i18	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAQUAREMA - Compras.gov.br	13807	Quilograma	R\$ 16,2100	03/12/2024	Sim
i19	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAQUAREMA - Compras.gov.br	6229	Quilograma	R\$ 16,2100	03/12/2024	Sim
20	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	650	Quilograma	R\$ 1,7000	03/12/2024	Sim
21	I	PREFEITURA DE VERA CRUZ DO OESTE - PR - Compras.gov.br	500	Quilograma	R\$ 11,3000	03/12/2024	Sim

22		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	100 Quilograma	R\$ 4,4000	02/12/2024	Sim
23		ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	7 Quilograma	R\$ 7,2500	28/11/2024	Sim
24		INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DA PARAIBA - Compras.gov.br	500 Quilograma	R\$ 4,3100	28/11/2024	Sim
25		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	200 Quilograma	R\$ 4,2000	28/11/2024	Sim
26		ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	130 Quilograma	R\$ 4,4000	28/11/2024	Sim
27		COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	1600 Quilograma	R\$ 2,3000	27/11/2024	Sim
28		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	400 Quilograma	R\$ 5,3500	26/11/2024	Sim
29		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	253 Quilograma	R\$ 4,7500	26/11/2024	Sim
i30		SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ESPORTE - Compras.gov.br	19600 Quilograma	R\$ 8,0600	25/11/2024	Sim
31		PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUCATU - Compras.gov.br	3000 Quilograma	R\$ 5,6000	25/11/2024	Sim
32		ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	1500 Quilograma	R\$ 2,0000	25/11/2024	Sim
33		PREFEITURA DE ARIQUEMES - Compras.gov.br	1121 Quilograma	R\$ 7,3700	25/11/2024	Sim
34		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	120 Quilograma	R\$ 6,0000	25/11/2024	Sim
35		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	120 Quilograma	R\$ 3,9000	25/11/2024	Sim
36		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	2658 Quilograma	R\$ 1,9700	25/11/2024	Sim
37		ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	280 Quilograma	R\$ 5,0000	25/11/2024	Sim
i38		PREFEITURA MUNICIPAL DE LEOPOLDINA - MG - Compras.gov.br	400 Quilograma	R\$ 6,3100	24/11/2024	Sim
i39		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	1407 Quilograma	R\$ 10,0500	24/11/2024	Sim
i40		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	1000 Quilograma	R\$ 10,0500	24/11/2024	Sim
41		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	2000 Quilograma	R\$ 1,9000	22/11/2024	Sim
42		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	36031 Quilograma	R\$ 2,8000	22/11/2024	Sim
43		INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. BAIANO - Compras.gov.br	35 Quilograma	R\$ 5,8400	22/11/2024	Sim
44		INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. BAIANO - Compras.gov.br	33 Quilograma	R\$ 5,8400	22/11/2024	Sim
45		INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. BAIANO - Compras.gov.br	33 Quilograma	R\$ 5,8400	22/11/2024	Sim
46		INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. BAIANO - Compras.gov.br	33 Quilograma	R\$ 5,8400	22/11/2024	Sim
47		INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. BAIANO - Compras.gov.br	33 Quilograma	R\$ 5,8400	22/11/2024	Sim
48		INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. BAIANO - Compras.gov.br	33 Quilograma	R\$ 5,8400	22/11/2024	Sim
49		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	770 Quilograma	R\$ 10,0500	22/11/2024	Sim
50		ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	2000 Quilograma	R\$ 3,0000	21/11/2024	Sim

Legenda:

 Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.

 Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Descrição do item			Unidade de Fornecimento	Quantidade
464418 - Fruta Tipo: Melancia Vermelha , Apresentação: Natural			Quilograma	5000
Consolidação dos preços cotados				
Menor Preço	Média	● Mediana	Coeficiente de Variação: 52,9796%	
R\$ 1,1900	R\$ 2,9534	R\$ 2,4850	Desvio Padrão: 1,5647	
Método de cálculo adotado: Mediana			Maior Preço: R\$ 9,9200	

Filtro Aplicado


Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO R. G.DO NORTE - Compras.gov.br	600	Quilograma	R\$ 4,4300	05/12/2024	Sim
2	I	INST.FED.DE EDUC., CIENC.E TECNOLOGIA PIAUÍ - Compras.gov.br	101	Quilograma	R\$ 9,9200	05/12/2024	Sim
3	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	2424	Quilograma	R\$ 1,5900	04/12/2024	Sim
4	I	MINISTERIO DA EDUCACAO - Compras.gov.br	880	Quilograma	R\$ 2,7500	04/12/2024	Sim
5	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO R. G.DO NORTE - Compras.gov.br	800	Quilograma	R\$ 3,2200	04/12/2024	Sim
6	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO R. G.DO NORTE - Compras.gov.br	3000	Quilograma	R\$ 4,4300	04/12/2024	Sim
7	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO R. G.DO NORTE - Compras.gov.br	300	Quilograma	R\$ 3,4100	04/12/2024	Sim
8	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	58914	Quilograma	R\$ 2,4700	04/12/2024	Sim
9	I	CONSELHO E.E.E DE E.INF E.MIGUEL SANTA CRUZ - Compras.gov.br	1000	Quilograma	R\$ 1,7000	03/12/2024	Sim
10	I	ESTADO DE SAO PAULO - Compras.gov.br	2500	Quilograma	R\$ 2,1000	03/12/2024	Sim
11	I	ESTADO DE SAO PAULO - Compras.gov.br	7500	Quilograma	R\$ 2,1000	03/12/2024	Sim
12	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	1950	Quilograma	R\$ 1,6700	03/12/2024	Sim
13	I	PREFEITURA DE VERA CRUZ DO OESTE - PR - Compras.gov.br	9000	Quilograma	R\$ 2,2000	03/12/2024	Sim
14	I	ESP-UNIV EST PAUL.JULIO MESQ. FILHO-UNESP - Compras.gov.br	5000	Quilograma	R\$ 1,5000	03/12/2024	Sim
15	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE GOIÁS - Compras.gov.br	1300	Quilograma	R\$ 4,2900	03/12/2024	Sim
16	I	INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO - Compras.gov.br	1670	Quilograma	R\$ 3,7500	03/12/2024	Sim
17	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	10700	Quilograma	R\$ 1,7000	02/12/2024	Sim
18	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	10000	Quilograma	R\$ 1,1900	02/12/2024	Sim
19	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	5600	Quilograma	R\$ 1,6000	02/12/2024	Sim
20	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	16159	Quilograma	R\$ 2,2700	02/12/2024	Sim
21	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	400	Quilograma	R\$ 1,4500	02/12/2024	Sim
22	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	300	Quilograma	R\$ 3,7600	02/12/2024	Sim

23		COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	300	Quilograma	R\$ 3,6900	02/12/2024	Sim
24		INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. FLUMINENSE - Compras.gov.br	300	Quilograma	R\$ 7,2000	02/12/2024	Sim
25		INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO R. G.DO NORTE - Compras.gov.br	2100	Quilograma	R\$ 2,7000	02/12/2024	Sim
26		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	550	Quilograma	R\$ 2,0500	02/12/2024	Sim
27		ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	11500	Quilograma	R\$ 1,4000	29/11/2024	Sim
28		INST.BRAS.DO MEIO AMB.E DOS REC. NAT.RENOVAV. - Compras.gov.br	520	Quilograma	R\$ 1,5000	29/11/2024	Sim
29		INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TECNOLOGIA DA BAHIA - Compras.gov.br	4260	Quilograma	R\$ 2,6000	29/11/2024	Sim
30		EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	2000	Quilograma	R\$ 2,2800	29/11/2024	Sim
31		ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	2600	Quilograma	R\$ 2,1000	28/11/2024	Sim
32		ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	2000	Quilograma	R\$ 3,2000	28/11/2024	Sim
33		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	20	Quilograma	R\$ 4,6500	28/11/2024	Sim
34		INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DA PARAIBA - Compras.gov.br	700	Quilograma	R\$ 2,3500	28/11/2024	Sim
35		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	500	Quilograma	R\$ 4,0700	28/11/2024	Sim
36		PRESIDENCIA DA REPUBLICA - Compras.gov.br	2600	Quilograma	R\$ 2,5000	27/11/2024	Sim
37		COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	1600	Quilograma	R\$ 2,1000	27/11/2024	Sim
38		COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	6787	Quilograma	R\$ 4,0000	27/11/2024	Sim
39		COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	20363	Quilograma	R\$ 4,0000	27/11/2024	Sim
40		ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	2000	Quilograma	R\$ 1,4500	26/11/2024	Sim
41		ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	3000	Quilograma	R\$ 2,0000	26/11/2024	Sim
42		COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	800	Quilograma	R\$ 2,2000	26/11/2024	Sim
43		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	800	Quilograma	R\$ 3,2300	26/11/2024	Sim
44		ESP-UNIVERSIDADE DE SAO PAULO - USP - Compras.gov.br	1100	Quilograma	R\$ 3,4000	26/11/2024	Sim
45		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	120	Quilograma	R\$ 4,6500	26/11/2024	Sim
46		INST.FED.DE EDUC., CIENC.E TECNOLOGIA PIAUÍ - Compras.gov.br	660	Quilograma	R\$ 5,0700	26/11/2024	Sim
47		ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	2000	Quilograma	R\$ 1,7500	25/11/2024	Sim
48		PREFEITURA DE ARIQUEMES - Compras.gov.br	906	Quilograma	R\$ 3,1700	25/11/2024	Sim
49		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	3150	Quilograma	R\$ 3,1600	25/11/2024	Sim
50		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	3150	Quilograma	R\$ 1,7000	25/11/2024	Sim

Legenda:

 Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.

 Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 16



Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
446618 - Ovo Origem: Galinha , Grupo: Branco , Classe: A , Tipo: Grande	Bandeja 12 Unidade	4500
Consolidação dos preços cotados		
Menor Preço	Média	● Mediana
R\$ 4,2300	R\$ 5,4768	R\$ 4,9650
Coeficiente de Variação: 28,5806% Desvio Padrão: 1,5653 Maior Preço: R\$ 10,5400		
Método de cálculo adotado: Mediana		

Filtro Aplicado

Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	4000	Bandeja 12 Unidade	R\$ 5,2500	05/12/2024	Sim
2	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	720	Bandeja 12 Unidade	R\$ 4,3500	04/12/2024	Sim
3	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	3500	Bandeja 12 Unidade	R\$ 4,3600	04/12/2024	Sim
4	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	650	Bandeja 12 Unidade	R\$ 5,0000	04/12/2024	Sim
5	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	4670	Bandeja 12 Unidade	R\$ 4,8400	04/12/2024	Sim
6	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	5400	Bandeja 12 Unidade	R\$ 4,8000	03/12/2024	Sim
7	I	ESP-UNIV EST PAULJULIO MESQ. FILHO-UNESP - Compras.gov.br	250	Bandeja 12 Unidade	R\$ 5,8000	03/12/2024	Sim
8	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	10510	Bandeja 12 Unidade	R\$ 4,3000	02/12/2024	Sim
9	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	2708	Bandeja 12 Unidade	R\$ 4,5000	02/12/2024	Sim
10	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	2400	Bandeja 12 Unidade	R\$ 5,0000	02/12/2024	Sim
11	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	10000	Bandeja 12 Unidade	R\$ 6,8200	29/11/2024	Sim
12	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	5000	Bandeja 12 Unidade	R\$ 4,7000	29/11/2024	Sim
13	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	1300	Bandeja 12 Unidade	R\$ 4,4000	28/11/2024	Sim
14	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	2000	Bandeja 12 Unidade	R\$ 4,5400	28/11/2024	Sim
15	I	INDUSTRIA DE MATERIAL BELICO DO BRASIL - Compras.gov.br	1	Bandeja 12 Unidade	R\$ 8,9000	28/11/2024	Sim
16	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	1350	Bandeja 12 Unidade	R\$ 4,9800	27/11/2024	Sim
17	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	2500	Bandeja 12 Unidade	R\$ 4,9500	27/11/2024	Sim
18	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	5920	Bandeja 12 Unidade	R\$ 4,4000	27/11/2024	Sim
19	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	5400	Bandeja 12 Unidade	R\$ 5,0000	27/11/2024	Sim
20	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	14000	Bandeja 12 Unidade	R\$ 5,0000	27/11/2024	Sim
21	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	5179	Bandeja 12 Unidade	R\$ 10,1600	27/11/2024	Sim
22	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	15541	Bandeja 12 Unidade	R\$ 10,1600	27/11/2024	Sim
23	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	1200	Bandeja 12 Unidade	R\$ 4,3500	26/11/2024	Sim

24	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	1200	Bandeja 12 Unidade	R\$ 5,0000	26/11/2024	Sim
25	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	2500	Bandeja 12 Unidade	R\$ 5,7000	25/11/2024	Sim
26	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	3500	Bandeja 12 Unidade	R\$ 4,8500	22/11/2024	Sim
27	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	2650	Bandeja 12 Unidade	R\$ 4,3500	22/11/2024	Sim
28	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	1800	Bandeja 12 Unidade	R\$ 10,5400	21/11/2024	Sim
29	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	7200	Bandeja 12 Unidade	R\$ 7,8800	21/11/2024	Sim
30	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	8000	Bandeja 12 Unidade	R\$ 4,4000	19/11/2024	Sim
31	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	2000	Bandeja 12 Unidade	R\$ 5,7500	19/11/2024	Sim
32	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	8940	Bandeja 12 Unidade	R\$ 5,5000	18/11/2024	Sim
33	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	3000	Bandeja 12 Unidade	R\$ 4,3300	18/11/2024	Sim
34	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	5250	Bandeja 12 Unidade	R\$ 4,3500	18/11/2024	Sim
35	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	750	Bandeja 12 Unidade	R\$ 5,1000	14/11/2024	Sim
36	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	6833	Bandeja 12 Unidade	R\$ 4,9000	14/11/2024	Sim
37	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	2000	Bandeja 12 Unidade	R\$ 5,0500	14/11/2024	Sim
38	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	2610	Bandeja 12 Unidade	R\$ 4,4500	14/11/2024	Sim
39	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	3500	Bandeja 12 Unidade	R\$ 4,4600	14/11/2024	Sim
40	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	2380	Bandeja 12 Unidade	R\$ 4,2300	13/11/2024	Sim
41	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	6833	Bandeja 12 Unidade	R\$ 4,3500	13/11/2024	Sim
42	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	5500	Bandeja 12 Unidade	R\$ 4,6800	13/11/2024	Sim
43	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	3700	Bandeja 12 Unidade	R\$ 5,7000	12/11/2024	Sim
44	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	4060	Bandeja 12 Unidade	R\$ 4,6300	11/11/2024	Sim
45	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	3200	Bandeja 12 Unidade	R\$ 4,3500	08/11/2024	Sim
46	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	4270	Bandeja 12 Unidade	R\$ 5,4500	08/11/2024	Sim
47	I	ESTADO DO PARANA - Compras.gov.br	1000000	Bandeja 12 Unidade	R\$ 6,9900	08/11/2024	Sim
48	I	ESTADO DO PARANA - Compras.gov.br	1000000	Bandeja 12 Unidade	R\$ 6,6500	08/11/2024	Sim
49	I	ESTADO DO PARANA - Compras.gov.br	1000000	Bandeja 12 Unidade	R\$ 6,6600	08/11/2024	Sim
50	I	ESTADO DO PARANA - Compras.gov.br	2000000	Bandeja 12 Unidade	R\$ 6,9800	08/11/2024	Sim

Legenda:
 Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.
 Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 17

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
446619 - Ovo Origem: Galinha , Grupo: Branco , Classe: A , Tipo: Médio	Bandeja 12 Unidade	2400

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço
R\$ 4,1500

Média
R\$ 6,9880

● Mediana
R\$ 6,4400

Coefficiente de Variação: 34,5149%
Desvio Padrão: 2,4119
Maior Preço: R\$ 13,9900

Método de cálculo adotado: Mediana

Filtro Aplicado
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	ESTADO DE SAO PAULO - Compras.gov.br	1500	Bandeja 12 Unidade	R\$ 6,3000	05/12/2024	Sim
2	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	720	Bandeja 12 Unidade	R\$ 4,3500	04/12/2024	Sim
3	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	875	Bandeja 12 Unidade	R\$ 4,3900	04/12/2024	Sim
4	I	ESP-UNIV EST PAUL.JULIO MESQ. FILHO-UNESP - Compras.gov.br	2000	Bandeja 12 Unidade	R\$ 6,5000	03/12/2024	Sim
5	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	4000	Bandeja 12 Unidade	R\$ 6,9900	29/11/2024	Sim
6	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	2500	Bandeja 12 Unidade	R\$ 5,1000	29/11/2024	Sim
7	I	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	1800	Bandeja 12 Unidade	R\$ 5,9000	29/11/2024	Sim
8	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	200	Bandeja 12 Unidade	R\$ 13,9900	28/11/2024	Sim
9	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	1100	Bandeja 12 Unidade	R\$ 6,4000	28/11/2024	Sim
10	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	405	Bandeja 12 Unidade	R\$ 4,9800	27/11/2024	Sim
11	I	ESTADO DO PARANA - Compras.gov.br	835	Bandeja 12 Unidade	R\$ 7,9900	27/11/2024	Sim
12	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	2400	Bandeja 12 Unidade	R\$ 5,0000	26/11/2024	Sim
13	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	1800	Bandeja 12 Unidade	R\$ 4,9500	26/11/2024	Sim
14	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUCATU - Compras.gov.br	8000	Bandeja 12 Unidade	R\$ 7,3500	25/11/2024	Sim
15	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	417	Bandeja 12 Unidade	R\$ 6,4800	25/11/2024	Sim
16	I	ESTADO DO PARANA - Compras.gov.br	390	Bandeja 12 Unidade	R\$ 9,3300	21/11/2024	Sim
17	I	ESTADO DO PARANA - Compras.gov.br	450	Bandeja 12 Unidade	R\$ 11,9900	19/11/2024	Sim
18	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	1200	Bandeja 12 Unidade	R\$ 5,1000	14/11/2024	Sim
19	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	875	Bandeja 12 Unidade	R\$ 4,5000	14/11/2024	Sim
20	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	315	Bandeja 12 Unidade	R\$ 8,0000	14/11/2024	Sim
21	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	1540	Bandeja 12 Unidade	R\$ 4,2300	13/11/2024	Sim
22	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	821	Bandeja 12 Unidade	R\$ 5,4900	13/11/2024	Sim
23	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	158	Bandeja 12 Unidade	R\$ 8,4000	11/11/2024	Sim
24	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	158	Bandeja 12 Unidade	R\$ 8,1500	11/11/2024	Sim
25	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	1600	Bandeja 12 Unidade	R\$ 5,4500	08/11/2024	Sim
26	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO SUDESTE MG - Compras.gov.br	3990	Bandeja 12 Unidade	R\$ 5,4000	08/11/2024	Sim
27	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	517	Bandeja 12 Unidade	R\$ 10,2000	08/11/2024	Sim

28		ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	2000	Bandeja 12 Unidade	R\$ 4,8000	07/11/2024	Sim
29		ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	2842	Bandeja 12 Unidade	R\$ 5,0000	07/11/2024	Sim
30		ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	2000	Bandeja 12 Unidade	R\$ 4,3800	07/11/2024	Sim
31		PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO BELO-MG - Compras.gov.br	800	Bandeja 12 Unidade	R\$ 10,8000	06/11/2024	Sim
32		PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO BELO-MG - Compras.gov.br	800	Bandeja 12 Unidade	R\$ 10,8300	06/11/2024	Sim
33		ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	720	Bandeja 12 Unidade	R\$ 4,3500	04/11/2024	Sim
34		ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	616	Bandeja 12 Unidade	R\$ 6,9800	04/11/2024	Sim
35		ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	7700	Bandeja 12 Unidade	R\$ 4,8500	01/11/2024	Sim
36		ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	128	Bandeja 12 Unidade	R\$ 8,7500	31/10/2024	Sim
37		ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	50	Bandeja 12 Unidade	R\$ 9,9900	31/10/2024	Sim
i 38		UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO - Compras.gov.br	7	Bandeja 12 Unidade	R\$ 8,4900	30/10/2024	Sim
39		ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	700	Bandeja 12 Unidade	R\$ 7,9900	29/10/2024	Sim
40		ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	1500	Bandeja 12 Unidade	R\$ 4,5800	25/10/2024	Sim
41		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	500	Bandeja 12 Unidade	R\$ 8,5500	24/10/2024	Sim
42		ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	957	Bandeja 12 Unidade	R\$ 7,7400	24/10/2024	Sim
43		ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	1098	Bandeja 12 Unidade	R\$ 5,9500	24/10/2024	Sim
44		PREFEITURA DE JANDAIA DO SUL - PR - Compras.gov.br	920	Bandeja 12 Unidade	R\$ 10,4000	21/10/2024	Sim
45		ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	4810	Bandeja 12 Unidade	R\$ 4,1500	21/10/2024	Sim
46		ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	559	Bandeja 12 Unidade	R\$ 12,0000	21/10/2024	Sim
47		ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	559	Bandeja 12 Unidade	R\$ 9,0000	21/10/2024	Sim
48		ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	473	Bandeja 12 Unidade	R\$ 6,7700	18/10/2024	Sim
49		ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	1640	Bandeja 12 Unidade	R\$ 4,2900	17/10/2024	Sim
50		ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	1312	Bandeja 12 Unidade	R\$ 5,8500	16/10/2024	Sim

Legenda:

▲ Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.

i Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 18

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
463839 - Verdura In Natura Tipo: Repolho Branco / Verde	Quilograma	4000

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço	Média	● Mediana	Coefficiente de Variação: 57,4593%
R\$ 0,7000	R\$ 4,3878	R\$ 4,0400	Desvio Padrão: 2,5212
Método de cálculo adotado: Mediana			Maior Preço: R\$ 9,8400


Filtro Aplicado
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	UNIVERSIDADE EST DE CIÊN DA SAÚDE DE ALAGOAS - Compras.gov.br	2785	Quilograma	R\$ 3,6300	05/12/2024	Sim
2	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras. gov.br	150	Quilograma	R\$ 2,9000	05/12/2024	Sim
3	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RJ - Compras.gov.br	33	Quilograma	R\$ 6,2300	05/12/2024	Sim
4	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RJ - Compras.gov.br	33	Quilograma	R\$ 7,7500	05/12/2024	Sim
5	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RJ - Compras.gov.br	33	Quilograma	R\$ 7,7500	05/12/2024	Sim
6	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RJ - Compras.gov.br	1	Quilograma	R\$ 6,2300	05/12/2024	Sim
7	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras. gov.br	16	Quilograma	R\$ 9,0000	05/12/2024	Sim
8	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	800	Quilograma	R\$ 0,7000	04/12/2024	Sim
9	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	984	Quilograma	R\$ 0,9000	04/12/2024	Sim
10	I	MINISTERIO DA EDUCACAO - Compras. gov.br	45	Quilograma	R\$ 1,6000	04/12/2024	Sim
11	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras. gov.br	400	Quilograma	R\$ 1,9000	04/12/2024	Sim
12	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras. gov.br	20780	Quilograma	R\$ 4,1000	04/12/2024	Sim
13	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras. gov.br	648	Quilograma	R\$ 2,1000	03/12/2024	Sim
14	I	PREFEITURA DE VERA CRUZ DO OESTE - PR - Compras.gov.br	600	Quilograma	R\$ 3,2000	03/12/2024	Sim
15	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	7200	Quilograma	R\$ 1,3400	02/12/2024	Sim
16	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	816	Quilograma	R\$ 1,1000	02/12/2024	Sim
17	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras. gov.br	11700	Quilograma	R\$ 2,9900	02/12/2024	Sim
18	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. FLUMINENSE - Compras.gov.br	200	Quilograma	R\$ 5,9000	02/12/2024	Sim
19	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras. gov.br	80	Quilograma	R\$ 2,8800	02/12/2024	Sim
20	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	7000	Quilograma	R\$ 1,5500	29/11/2024	Sim
21	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	5000	Quilograma	R\$ 1,6000	29/11/2024	Sim
22	I	COMANDO DA MARINHA - Compras. gov.br	25	Quilograma	R\$ 4,0100	29/11/2024	Sim
23	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras. gov.br	34	Quilograma	R\$ 7,9800	28/11/2024	Sim
24	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DA PARAIBA - Compras.gov.br	300	Quilograma	R\$ 5,3400	28/11/2024	Sim
25	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. BAIANO - Compras.gov.br	400	Quilograma	R\$ 9,8400	28/11/2024	Sim
		ESTADO DE TOCANTINS - Compras.					

26	I	gov.br	110	Quilograma	R\$ 5,0000	28/11/2024	Sim
27	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	17	Quilograma	R\$ 5,4000	28/11/2024	Sim
28	I	ESTADO DE RONDONIA - Compras.gov.br	4825	Quilograma	R\$ 9,7000	27/11/2024	Sim
29	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	969	Quilograma	R\$ 1,3300	27/11/2024	Sim
30	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	800	Quilograma	R\$ 1,8000	27/11/2024	Sim
31	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	5000	Quilograma	R\$ 2,2000	26/11/2024	Sim
32	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	400	Quilograma	R\$ 3,6500	26/11/2024	Sim
33	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	400	Quilograma	R\$ 4,7300	26/11/2024	Sim
34	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	272	Quilograma	R\$ 6,9900	26/11/2024	Sim
35	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUCATU - Compras.gov.br	3000	Quilograma	R\$ 3,5000	25/11/2024	Sim
36	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	200	Quilograma	R\$ 1,1400	25/11/2024	Sim
37	I	PREFEITURA DE ARIQUEMES - Compras.gov.br	2103	Quilograma	R\$ 5,7400	25/11/2024	Sim
38	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	239	Quilograma	R\$ 7,5000	25/11/2024	Sim
39	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	239	Quilograma	R\$ 3,9800	25/11/2024	Sim
40	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	2184	Quilograma	R\$ 3,2000	25/11/2024	Sim
41	I	PREFEITURA DE RIO LARGO - AL - Compras.gov.br	450	Quilograma	R\$ 4,0700	25/11/2024	Sim
42	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	58	Quilograma	R\$ 5,0000	25/11/2024	Sim
i 43	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE LEOPOLDINA - MG - Compras.gov.br	450	Quilograma	R\$ 5,4400	24/11/2024	Sim
i 44	I	CONSELHO E.E.E.F.M.MONS. CONSTANTINO VIEIRA/PB - Compras.gov.br	72	Quilograma	R\$ 4,8000	22/11/2024	Sim
45	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	1500	Quilograma	R\$ 1,2000	22/11/2024	Sim
46	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	16751	Quilograma	R\$ 1,9600	22/11/2024	Sim
47	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. BAIANO - Compras.gov.br	150	Quilograma	R\$ 7,1300	22/11/2024	Sim
48	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. BAIANO - Compras.gov.br	150	Quilograma	R\$ 7,1300	22/11/2024	Sim
49	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	5400	Quilograma	R\$ 6,2800	21/11/2024	Sim
50	I	INST.FED.DE EDUC., CIENC.E TECNOLOGIA PIAUí - Compras.gov.br	100	Quilograma	R\$ 8,0000	21/11/2024	Sim

Legenda:

 Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.

 Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 19

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
463806 - Legume In Natura Tipo: Tomate Salada	Quilograma	3200

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço

R\$ 1,6500

Média

R\$ 6,1842

● Mediana

R\$ 5,6800

Coefficiente de Variação: 68,9127%

Desvio Padrão: 4,2617

Maior Preço: R\$ 25,5700

Método de cálculo adotado: Mediana


Filtro Aplicado
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	UNIVERSIDADE EST DE CIÊN DA SAÚDE DE ALAGOAS - Compras.gov.br	9048	Quilograma	R\$ 2,8700	05/12/2024	Sim
2	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO R. G.DO NORTE - Compras.gov.br	90	Quilograma	R\$ 8,3400	05/12/2024	Sim
3	I	INST.FED.DE EDUC., CIENC.E TECNOLOGIA PIAUi - Compras.gov.br	200	Quilograma	R\$ 14,0800	05/12/2024	Sim
4	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras. gov.br	180	Quilograma	R\$ 5,8500	05/12/2024	Sim
5	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras. gov.br	374	Quilograma	R\$ 8,0000	05/12/2024	Sim
6	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	2700	Quilograma	R\$ 1,6500	04/12/2024	Sim
7	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	2000	Quilograma	R\$ 1,6500	04/12/2024	Sim
8	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO R. G.DO NORTE - Compras.gov.br	200	Quilograma	R\$ 5,9900	04/12/2024	Sim
9	I	COMANDO DA MARINHA - Compras. gov.br	200	Quilograma	R\$ 15,0000	04/12/2024	Sim
10	I	COMANDO DA MARINHA - Compras. gov.br	600	Quilograma	R\$ 25,5700	04/12/2024	Sim
11	I	COMANDO DA MARINHA - Compras. gov.br	5200	Quilograma	R\$ 5,1000	04/12/2024	Sim
12	I	PREFEITURA DE VERA CRUZ DO OESTE - PR - Compras.gov.br	2000	Quilograma	R\$ 3,1500	03/12/2024	Sim
13	I	ESP-UNIV EST PAUL.JULIO MESQ. FILHO-UNESP - Compras.gov.br	8000	Quilograma	R\$ 3,5500	03/12/2024	Sim
14	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	1788	Quilograma	R\$ 1,7500	02/12/2024	Sim
15	I	COMANDO DA MARINHA - Compras. gov.br	200	Quilograma	R\$ 8,7000	02/12/2024	Sim
16	I	COMANDO DA MARINHA - Compras. gov.br	200	Quilograma	R\$ 6,2000	02/12/2024	Sim
17	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TECNOLOGIA DA BAHIA - Compras. gov.br	500	Quilograma	R\$ 9,1900	02/12/2024	Sim
18	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. FLUMINENSE - Compras.gov.br	250	Quilograma	R\$ 13,9300	02/12/2024	Sim
19	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras. gov.br	210	Quilograma	R\$ 5,5100	02/12/2024	Sim
20	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	4000	Quilograma	R\$ 2,8000	29/11/2024	Sim
21	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TECNOLOGIA DA BAHIA - Compras. gov.br	360	Quilograma	R\$ 6,2000	29/11/2024	Sim
22	I	COMANDO DA MARINHA - Compras. gov.br	1500	Quilograma	R\$ 6,5500	29/11/2024	Sim
23	I	COMANDO DA MARINHA - Compras. gov.br	150	Quilograma	R\$ 6,5500	29/11/2024	Sim
24	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras. gov.br	43	Quilograma	R\$ 11,9400	28/11/2024	Sim
25	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras. gov.br	50	Quilograma	R\$ 7,9900	28/11/2024	Sim

26	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DA PARAIBA - Compras.gov.br	500 Quilograma	R\$ 3,6700	28/11/2024	Sim
27	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	137 Quilograma	R\$ 5,5000	28/11/2024	Sim
28	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	77 Quilograma	R\$ 6,5000	28/11/2024	Sim
29	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	1800 Quilograma	R\$ 2,8500	27/11/2024	Sim
30	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	2490 Quilograma	R\$ 2,1600	27/11/2024	Sim
31	I	PRESIDENCIA DA REPUBLICA - Compras.gov.br	660 Quilograma	R\$ 3,5000	27/11/2024	Sim
32	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	7000 Quilograma	R\$ 2,8000	27/11/2024	Sim
33	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	18000 Quilograma	R\$ 2,8000	27/11/2024	Sim
34	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	45 Quilograma	R\$ 7,9900	27/11/2024	Sim
35	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	2895 Quilograma	R\$ 7,5100	27/11/2024	Sim
36	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	8685 Quilograma	R\$ 7,5100	27/11/2024	Sim
37	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	600 Quilograma	R\$ 3,7000	26/11/2024	Sim
38	I	ESP-UNIVERSIDADE DE SAO PAULO - USP - Compras.gov.br	200 Quilograma	R\$ 6,5000	26/11/2024	Sim
39	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	82 Quilograma	R\$ 7,9900	26/11/2024	Sim
40	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUCATU - Compras.gov.br	8000 Quilograma	R\$ 4,5000	25/11/2024	Sim
41	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	1000 Quilograma	R\$ 1,7000	25/11/2024	Sim
42	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TECNOLOGIA DA BAHIA - Compras.gov.br	400 Quilograma	R\$ 6,4500	25/11/2024	Sim
43	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	1954 Quilograma	R\$ 10,7600	25/11/2024	Sim
44	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	1954 Quilograma	R\$ 3,5000	25/11/2024	Sim
45	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	5721 Quilograma	R\$ 3,4500	25/11/2024	Sim
46	I	PREFEITURA DE RIO LARGO - AL - Compras.gov.br	450 Quilograma	R\$ 3,9800	25/11/2024	Sim
47	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	133 Quilograma	R\$ 6,0000	25/11/2024	Sim
48	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	2500 Quilograma	R\$ 2,7800	22/11/2024	Sim
49	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	3150 Quilograma	R\$ 2,8000	22/11/2024	Sim
50	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	2000 Quilograma	R\$ 4,2000	22/11/2024	Sim

Legenda:

 Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.

 Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 20

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
464400 - Fruta Tipo: Maça Gala , Apresentação: Natural	Quilograma	2500

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço

Média

● Mediana

Coefficiente de Variação: 26,9781%

Desvio Padrão: 2,3465

Maior Preço: R\$ 14,9900

R\$ 4,3500

R\$ 8,6978

R\$ 8,5500

Método de cálculo adotado: Mediana


Filtro Aplicado
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	ESTADO DE SAO PAULO - Compras.gov.br	6000	Quilograma	R\$ 7,3000	05/12/2024	Sim
2	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	100	Quilograma	R\$ 9,9000	05/12/2024	Sim
3	I	MINISTERIO DA EDUCACAO - Compras.gov.br	1440	Quilograma	R\$ 7,9800	04/12/2024	Sim
4	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	300	Quilograma	R\$ 6,5000	04/12/2024	Sim
5	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	5184	Quilograma	R\$ 4,4500	03/12/2024	Sim
6	I	PREFEITURA DE VERA CRUZ DO OESTE - PR - Compras.gov.br	3000	Quilograma	R\$ 7,5000	03/12/2024	Sim
7	I	ESP-UNIV EST PAUL.JULIO MESQ. FILHO-UNESP - Compras.gov.br	2000	Quilograma	R\$ 8,7000	03/12/2024	Sim
8	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	6180	Quilograma	R\$ 6,1500	02/12/2024	Sim
9	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	2815	Quilograma	R\$ 8,9300	02/12/2024	Sim
10	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	4000	Quilograma	R\$ 8,6000	02/12/2024	Sim
11	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	600	Quilograma	R\$ 10,9500	02/12/2024	Sim
12	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	600	Quilograma	R\$ 10,0000	02/12/2024	Sim
13	I	ESTADO DO PARANA - Compras.gov.br	15	Quilograma	R\$ 14,9900	29/11/2024	Sim
14	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	3000	Quilograma	R\$ 5,5000	29/11/2024	Sim
15	I	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	7000	Quilograma	R\$ 7,2600	29/11/2024	Sim
16	I	MINISTERIO DEFESA - Compras.gov.br	2800	Quilograma	R\$ 8,5000	29/11/2024	Sim
17	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	800	Quilograma	R\$ 7,0000	28/11/2024	Sim
18	I	PRESIDENCIA DA REPUBLICA - Compras.gov.br	550	Quilograma	R\$ 7,4500	27/11/2024	Sim
19	I	ESTADO DO PARANA - Compras.gov.br	305	Quilograma	R\$ 8,9900	27/11/2024	Sim
20	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	7000	Quilograma	R\$ 6,3000	27/11/2024	Sim
21	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	17000	Quilograma	R\$ 6,5000	27/11/2024	Sim
22	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	95	Quilograma	R\$ 7,2600	27/11/2024	Sim
23	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	3059	Quilograma	R\$ 11,8600	27/11/2024	Sim
24	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	9181	Quilograma	R\$ 11,8600	27/11/2024	Sim
25	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	1800	Quilograma	R\$ 4,3500	26/11/2024	Sim
26	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	1000	Quilograma	R\$ 6,5000	26/11/2024	Sim
27	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	400	Quilograma	R\$ 11,2900	26/11/2024	Sim

28	I	ESP-UNIVERSIDADE DE SAO PAULO - USP - Compras.gov.br	194	Quilograma	R\$ 10,8000	26/11/2024	Sim
29	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	450	Quilograma	R\$ 7,2600	26/11/2024	Sim
30	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	1414	Quilograma	R\$ 6,9800	25/11/2024	Sim
31	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	20	Quilograma	R\$ 9,9400	25/11/2024	Sim
32	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	1500	Quilograma	R\$ 7,2800	22/11/2024	Sim
33	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	19367	Quilograma	R\$ 8,9900	22/11/2024	Sim
34	I	ESTADO DO PARANA - Compras.gov.br	145	Quilograma	R\$ 10,9900	21/11/2024	Sim
35	I	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARA - Compras.gov.br	384	Quilograma	R\$ 8,6000	21/11/2024	Sim
36	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DO RS - Compras.gov.br	1125	Quilograma	R\$ 10,3500	21/11/2024	Sim
37	I	ESTADO DO PARANA - Compras.gov.br	165	Quilograma	R\$ 11,8900	19/11/2024	Sim
38	I	COMANDO DA AERONAUTICA - Compras.gov.br	2940	Quilograma	R\$ 6,6000	19/11/2024	Sim
39	I	COMANDO DA AERONAUTICA - Compras.gov.br	6860	Quilograma	R\$ 6,5500	19/11/2024	Sim
40	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC. E TEC. DO MARANHÃO - Compras.gov.br	540	Quilograma	R\$ 12,0000	19/11/2024	Sim
41	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC. E TEC. DO MARANHÃO - Compras.gov.br	1620	Quilograma	R\$ 12,0000	19/11/2024	Sim
42	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DE SÃO PAULO - Compras.gov.br	35	Quilograma	R\$ 12,9200	18/11/2024	Sim
43	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	2200	Quilograma	R\$ 7,2500	18/11/2024	Sim
44	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	5000	Quilograma	R\$ 8,1200	18/11/2024	Sim
45	I	FUNDACAO NACIONAL DO INDIO - Compras.gov.br	3000	Quilograma	R\$ 9,9500	18/11/2024	Sim
46	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE SALGADO FILHO - Compras.gov.br	490	Quilograma	R\$ 8,5000	18/11/2024	Sim
47	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	1800	Quilograma	R\$ 11,4000	14/11/2024	Sim
48	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	1800	Quilograma	R\$ 8,9000	14/11/2024	Sim
49	I	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	12000	Quilograma	R\$ 10,7000	14/11/2024	Sim
50	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	8200	Quilograma	R\$ 4,3500	13/11/2024	Sim

Legenda:

 Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.

 Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 21

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
463809 - Legume In Natura Tipo: Pimentão Verde	Quilograma	250

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço

R\$ 1,9000

Média

R\$ 8,0540

● Mediana

R\$ 7,4600

Coefficiente de Variação: 56,5769%

Desvio Padrão: 4,5567

Maior Preço: R\$ 22,3300



Método de cálculo adotado: Mediana

Filtro Aplicado

Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	INST.FED.DE EDUC., CIENC.E TECNOLOGIA PIAUi - Compras.gov.br	40	Quilograma	R\$ 13,9800	05/12/2024	Sim
2	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	80	Quilograma	R\$ 3,4000	04/12/2024	Sim
3	I	MINISTERIO DA EDUCACAO - Compras. gov.br	120	Quilograma	R\$ 4,0000	04/12/2024	Sim
4	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras. gov.br	600	Quilograma	R\$ 3,8000	04/12/2024	Sim
5	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO R. G.DO NORTE - Compras.gov.br	50	Quilograma	R\$ 7,9700	04/12/2024	Sim
6	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras. gov.br	12408	Quilograma	R\$ 3,9900	04/12/2024	Sim
7	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	720	Quilograma	R\$ 1,9500	03/12/2024	Sim
8	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras. gov.br	650	Quilograma	R\$ 3,0000	03/12/2024	Sim
9	I	PREFEITURA DE VERA CRUZ DO OESTE - PR - Compras.gov.br	100	Quilograma	R\$ 7,5000	03/12/2024	Sim
10	I	ESP-UNIV EST PAUL.JULIO MESQ. FILHO-UNESP - Compras.gov.br	1000	Quilograma	R\$ 5,6000	03/12/2024	Sim
11	I	COMANDO DA MARINHA - Compras. gov.br	150	Quilograma	R\$ 10,2000	02/12/2024	Sim
12	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. FLUMINENSE - Compras.gov.br	180	Quilograma	R\$ 10,0000	02/12/2024	Sim
13	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras. gov.br	30	Quilograma	R\$ 5,3000	02/12/2024	Sim
14	I	COMANDO DA MARINHA - Compras. gov.br	150	Quilograma	R\$ 10,9800	02/12/2024	Sim
15	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	100	Quilograma	R\$ 2,6300	29/11/2024	Sim
16	I	COMANDO DA MARINHA - Compras. gov.br	25	Quilograma	R\$ 7,5400	29/11/2024	Sim
17	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras. gov.br	30	Quilograma	R\$ 14,9900	28/11/2024	Sim
18	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras. gov.br	60	Quilograma	R\$ 10,0700	28/11/2024	Sim
19	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras. gov.br	60	Quilograma	R\$ 10,0700	28/11/2024	Sim
20	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. BAIANO - Compras.gov.br	50	Quilograma	R\$ 8,0400	28/11/2024	Sim
21	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	196	Quilograma	R\$ 3,9200	27/11/2024	Sim
22	I	COMANDO DA MARINHA - Compras. gov.br	4000	Quilograma	R\$ 3,0000	27/11/2024	Sim
23	I	COMANDO DA MARINHA - Compras. gov.br	12000	Quilograma	R\$ 2,9000	27/11/2024	Sim
24	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras. gov.br	40	Quilograma	R\$ 15,3300	27/11/2024	Sim
25	I	COMANDO DA MARINHA - Compras. gov.br	4130	Quilograma	R\$ 10,5100	27/11/2024	Sim
		COMANDO DA MARINHA - Compras.					

26	I	gov.br	60	Quilograma	R\$ 4,2000	26/11/2024	Sim
27	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	150	Quilograma	R\$ 10,9000	26/11/2024	Sim
28	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	95	Quilograma	R\$ 14,9900	26/11/2024	Sim
29	I	PREFEITURA DE ARIQUEMES - Compras.gov.br	31	Quilograma	R\$ 11,9800	25/11/2024	Sim
30	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	841	Quilograma	R\$ 12,9900	25/11/2024	Sim
31	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	841	Quilograma	R\$ 11,0000	25/11/2024	Sim
32	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	2480	Quilograma	R\$ 3,3500	25/11/2024	Sim
33	I	PREFEITURA DE RIO LARGO - AL - Compras.gov.br	250	Quilograma	R\$ 6,3000	25/11/2024	Sim
i 34	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	441	Quilograma	R\$ 22,3300	24/11/2024	Sim
35	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	300	Quilograma	R\$ 1,9000	22/11/2024	Sim
36	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	17681	Quilograma	R\$ 2,7800	22/11/2024	Sim
37	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. BAIANO - Compras.gov.br	30	Quilograma	R\$ 7,4600	22/11/2024	Sim
38	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. BAIANO - Compras.gov.br	40	Quilograma	R\$ 7,4600	22/11/2024	Sim
39	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. BAIANO - Compras.gov.br	30	Quilograma	R\$ 7,4600	22/11/2024	Sim
40	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. BAIANO - Compras.gov.br	30	Quilograma	R\$ 7,4600	22/11/2024	Sim
41	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. BAIANO - Compras.gov.br	30	Quilograma	R\$ 7,4600	22/11/2024	Sim
42	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. BAIANO - Compras.gov.br	30	Quilograma	R\$ 7,4600	22/11/2024	Sim
43	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. BAIANO - Compras.gov.br	30	Quilograma	R\$ 7,4600	22/11/2024	Sim
44	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. BAIANO - Compras.gov.br	30	Quilograma	R\$ 7,4600	22/11/2024	Sim
45	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. BAIANO - Compras.gov.br	30	Quilograma	R\$ 7,4600	22/11/2024	Sim
46	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. BAIANO - Compras.gov.br	30	Quilograma	R\$ 7,4600	22/11/2024	Sim
47	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. BAIANO - Compras.gov.br	30	Quilograma	R\$ 7,4600	22/11/2024	Sim
48	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. BAIANO - Compras.gov.br	30	Quilograma	R\$ 7,4600	22/11/2024	Sim
49	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. BAIANO - Compras.gov.br	30	Quilograma	R\$ 7,4600	22/11/2024	Sim
50	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	69	Quilograma	R\$ 22,3300	22/11/2024	Sim

Legenda:
 Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.
 Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 22

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
474918 - Legume In Natura Tipo 1: Tomate Rasteiro	Quilograma	3200



Consolidação dos preços cotados

Menor Preço	Média	● Mediana	Coefficiente de Variação: 54,8782%
R\$ 1,6800	R\$ 6,7699	R\$ 5,6100	Desvio Padrão: 3,7152
Método de cálculo adotado: Mediana			Maior Preço: R\$ 17,1666

Filtro Aplicado
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
i 1	I	FUNDACAO NACIONAL DO INDIO - Compras.gov.br	20	Quilograma	R\$ 6,9500	04/12/2024	Sim
2	I	ESP-UNIV EST PAUL.JULIO MESQ. FILHO-UNESP - Compras.gov.br	6000	Quilograma	R\$ 3,4000	03/12/2024	Sim
3	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	2000	Quilograma	R\$ 2,3800	29/11/2024	Sim
4	I	COMANDO DA AERONAUTICA - Compras.gov.br	1560	Quilograma	R\$ 4,8500	19/11/2024	Sim
5	I	COMANDO DA AERONAUTICA - Compras.gov.br	1290	Quilograma	R\$ 2,7500	11/11/2024	Sim
6	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA - CE - Compras.gov.br	100000	Quilograma	R\$ 6,2100	05/11/2024	Sim
7	I	ESTADO DA BAHIA - Compras.gov.br	5000	Quilograma	R\$ 5,4900	21/10/2024	Sim
i 8	I	CONSELHO E.E.E.E.M B TEN. SOUSA /ESC DO CAMPO - Compras.gov.br	73	Quilograma	R\$ 11,8800	17/10/2024	Sim
9	I	ESTADO DO PARA - Compras.gov.br	600	Quilograma	R\$ 12,4000	17/10/2024	Sim
10	I	INST.FED.DE EDUC., CIENC E TEC.DO AMAZONAS - Compras.gov.br	310	Quilograma	R\$ 17,1666	16/10/2024	Sim
11	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	1600	Quilograma	R\$ 2,8000	08/10/2024	Sim
12	I	INST.FED.DE EDUC., CIENC.E TECNOLOGIA PIAUi - Compras.gov.br	140	Quilograma	R\$ 12,5800	02/10/2024	Sim
13	I	INST.FED.DE EDUC., CIENC.E TECNOLOGIA PIAUi - Compras.gov.br	50	Quilograma	R\$ 12,5800	02/10/2024	Sim
14	I	INST.FED.DE EDUC., CIENC.E TECNOLOGIA PIAUi - Compras.gov.br	60	Quilograma	R\$ 12,5800	02/10/2024	Sim
15	I	INST.FED.DE EDUC., CIENC.E TECNOLOGIA PIAUi - Compras.gov.br	150	Quilograma	R\$ 12,5800	02/10/2024	Sim
16	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	1500	Quilograma	R\$ 4,8500	25/09/2024	Sim
17	I	PREFEITURA DE CASCAVEL / PR - Compras.gov.br	21503	Quilograma	R\$ 3,1500	12/09/2024	Sim
18	I	PREFEITURA DE CASCAVEL / PR - Compras.gov.br	64512	Quilograma	R\$ 3,1500	12/09/2024	Sim
19	I	FUNDACAO NACIONAL DO INDIO - Compras.gov.br	60	Quilograma	R\$ 9,0000	10/09/2024	Sim
20	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	4500	Quilograma	R\$ 1,6800	10/09/2024	Sim
i 21	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	7200	Quilograma	R\$ 5,7700	03/09/2024	Sim
22	I	FUNDACAO NACIONAL DO INDIO - Compras.gov.br	730	Quilograma	R\$ 9,1700	21/08/2024	Sim
23	I	ESTADO DE SANTA CATARINA - Compras.gov.br	3500	Quilograma	R\$ 3,8900	19/08/2024	Sim
24	I	INST.FED.DE EDUC., CIENC E TEC.DO AMAZONAS - Compras.gov.br	1000	Quilograma	R\$ 12,8500	06/08/2024	Sim
25	I	ESTADO DO PARA - Compras.gov.br	2727	Quilograma	R\$ 6,0000	01/07/2024	Sim
26	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE - Compras.gov.br	2300	Quilograma	R\$ 4,2500	27/06/2024	Sim
27	I	ESTADO DO CEARA - Compras.gov.br	463	Quilograma	R\$ 7,7000	19/06/2024	Sim

28	I	ESTADO DO CEARA - Compras.gov.br	462	Quilograma	R\$ 7,7500	19/06/2024	Sim
29	I	ESTADO DO CEARA - Compras.gov.br	2775	Quilograma	R\$ 7,9000	19/06/2024	Sim
i 30	I	GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA - Compras.gov.br	4088	Quilograma	R\$ 11,9900	16/06/2024	Sim
31	I	PREFEITURA DE MARINGA - PR - Compras.gov.br	3636	Quilograma	R\$ 4,4600	12/06/2024	Sim
32	I	PREFEITURA DE MARINGA - PR - Compras.gov.br	10908	Quilograma	R\$ 4,4600	12/06/2024	Sim
33	I	ESTADO DE GOIAS - Compras.gov.br	1330	Quilograma	R\$ 13,4500	11/06/2024	Sim
34	I	ESP-HOSPITAL DAS CLINICAS RIBEIRAO PRETO - Compras.gov.br	50100	Quilograma	R\$ 3,5000	04/06/2024	Sim
35	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	1000	Quilograma	R\$ 9,1400	24/05/2024	Sim
36	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	1000	Quilograma	R\$ 3,5000	16/05/2024	Sim
37	I	ESTADO DA BAHIA - Compras.gov.br	7000	Quilograma	R\$ 6,3500	07/05/2024	Sim
38	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	3200	Quilograma	R\$ 5,0000	24/04/2024	Sim
39	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	3740	Quilograma	R\$ 4,6000	24/04/2024	Sim
40	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	7595	Quilograma	R\$ 3,4000	23/04/2024	Sim
41	I	ESTADO DA BAHIA - Compras.gov.br	11000	Quilograma	R\$ 4,9400	19/04/2024	Sim
42	I	ESTADO DO AMAZONAS - Compras.gov.br	1500	Quilograma	R\$ 11,0000	05/04/2024	Sim
43	I	PREFEITURA DE CASCAVEL / PR - Compras.gov.br	17375	Quilograma	R\$ 3,0000	09/02/2024	Sim
44	I	PREFEITURA DE CASCAVEL / PR - Compras.gov.br	52125	Quilograma	R\$ 3,0000	09/02/2024	Sim
45	I	COMANDO DA AERONAUTICA - Compras.gov.br	3000	Quilograma	R\$ 2,9300	07/02/2024	Sim
46	I	PREFEITURA DE FRANCISCO BELTRAO - PR - Compras.gov.br	2500	Quilograma	R\$ 7,1100	29/01/2024	Sim
47	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO CEARÁ - Compras.gov.br	5160	Quilograma	R\$ 6,3000	22/01/2024	Sim
48	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO CEARÁ - Compras.gov.br	2400	Quilograma	R\$ 5,4400	22/01/2024	Sim
49	I	COMANDO DA AERONAUTICA - Compras.gov.br	260	Quilograma	R\$ 5,6500	19/01/2024	Sim
50	I	ESTADO DA BAHIA - Compras.gov.br	405	Quilograma	R\$ 5,5700	15/12/2023	Sim

Legenda:
 Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.
 Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Relatório emitido em 06/12/2024 18:20

Memória de cálculo (Art.3º, inciso VII – IN SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021):

- Média: corresponde à soma dos valores das amostras que compõem a pesquisa, dividida pelo número de amostras que compõem a pesquisa.
- Mediana: medida de tendência central das amostras que compõem a pesquisa que corresponde ao valor central do conjunto de valores extraídos.
- Desvio Padrão: É a raiz quadrada da variância de X ou também conhecido como a raiz quadrada do valor médio entre $(X-\mu)^2$, onde μ representa a média aritmética dos valores que compõem a pesquisa.

$$D = \sqrt{\frac{\sum_{i=1}^n (x - \mu)^2}{n}}$$

- Coeficiente de variação: É uma medida de dispersão calculada entre a divisão do desvio padrão e a média aritmética dos valores que compõem a pesquisa.

$$CV = \frac{D}{\mu}$$

Termo de Referência 46/2024

Informações Básicas

Número do artefato

UASG

46/2024

Editado por

JOSE FABIANO MOUTIN

Atualizado em

06/12/2024 18:56 (v 2.0)

Status

ASSINADO

Outras informações

Categoria

II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo

Número da Contratação

006.00456435/2024-21

Processo Administrativo

1. Definição do objeto

1. Aquisição de Gêneros Alimentícios Hortifrutigranjeiros com entrega parcelada para consumo no período de Janeiro a Abril de 2025, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	QUANT.	U.F.	CÓDIGO BEC	CÓDIGO COMP. GOV	DESCRIÇÃO
1	800	QUILOGRAMA	441191-9	463748	ABÓBORA CABOTIA
2	1.500	QUILOGRAMA	440934-5	463751	ABÓBRINHA PESCOÇO
3	250	EMBALAGEM DE 500GR	468318-8	463861	ALHO PROCESSADO

4	50	QUILOGRAMA	506382-5	463938	ALHO BRANCO INTEIRO
5	3.000	QUILOGRAMA	440839-0	464380	BANANA NANICA
6	5.000	QUILOGRAMA	314964-1	463754	BATATA COMUM ESCOVADA
7	2.500	QUILOGRAMA	439322-8	463753	BATATA DOCE ROSADA
8	1.500	QUILOGRAMA	439671-5	463767	BETERRABA
9	2.000	QUILOGRAMA	440714-8	463781	CEBOLA
10	1.600	QUILOGRAMA	440586-2	463770	CENOURA

11	1.800	QUILOGRAMA	439589-1	463778	CHUCHU
12	3.500	QUILOGRAMA	439918-8	464393	LARANJA PERA
13	500	QUILOGRAMA	440924-8	464398	LIMÃO TAHITI
14	1.500	QUILOGRAMA	440868-3	463795	MANDIOCA GRAUDA
15	2.500	QUILOGRAMA	440889-6	464418	MELANCIA COMUM
16	2.250	BANDEIRA 12 UNIDADES	10825-1	446618	OVO GRANDE DE GALINHA
17	1.200	BANDEIRA 12 UNIDADES	3750-8	446619	OVO MÉDIO DE GALINHA

18	2.000	QUILOGRAMA	440435-1	463839	REPOLHO BRANCO /VERDE
19	1.600	QUILOGRAMA	440669-9	463806	TOMATE SALADA
20	1.250	QUILOGRAMA	586559-8	464400	MAÇA GALA NACIONAL 100 A 130G
21	50	QUILOGRAMA	441201-0	463809	PIMENTÃO VERDE 12 A 15CM
22	1.600	QUILOGRAMA	440668-0	474918	TOMATE RASTEIRO

1.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência, conforme antigo código BEC.

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, observando o disposto no artigo 20 da Lei nº 14.133, de 2021 e no Decreto estadual nº 67.985, de 2023.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de janeiro até abril de 2.025 contados da assinatura do termo de contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.6. A contratada não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

2. Fundamentação da contratação

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência. 2.2. Este Estudo Técnico Preliminar tem dependência prévia com a execução do objeto do DFD 12/2024, tendo em vista o Planejamento e Gerenciamento de Contratações - PGC 2025 (Aquisição de materiais de consumo para a Penitenciária de Taiúva no ano de 2025).

3. Descrição da solução

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. O objeto deverá ser adquirido a luz da Lei 14.133/2021, mediante a modalidade Pregão, do tipo menor preço, por se tratarem de itens de natureza comum e os itens serão fornecidos de maneira parcelada visando atender as necessidades desta Unidade Prisional e Penitenciária de Taiúva no período de janeiro a abril de 2025.

4. Requisitos da contratação

Sustentabilidade

4.1 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos:

4.1.1 Conforme manifestação da GERÊNCIA DE RESÍDUOS DO INC - COAD/INC no SEI (0015615151), a contratada deve atender, quando couber, a Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;

Art. 5º: “Os órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, quando da aquisição de bens, poderão exigir os seguintes CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL”: que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR -15448-1 e 15448-2; que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial –INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares; Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União Modelo de Aquisições — Atualização: maio/2023 Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação 4 de 18 que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenilpolibromados (PBDEs).”

4.1.2 A Contratada deve atender, quando aplicável, as disposições normativas de caráter ambiental presentes no Guia Prático de Licitações Sustentáveis da CJU/SP, como o registro no Cadastro Técnico Federal – CTF, pois os bens a serem adquiridos, estão enquadrados na INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 13, de 23 de agosto de 2021, Anexo I, como atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais. Obrigando pessoas jurídicas que exerçam essas atividades que possuam inscrição no CTF/APP.

4.1.3 A Contratada, na qualidade de produtora, comerciante ou importadora deverá obrigatoriamente adotar a Logística Reversa, quando couber, conforme a Lei 12.305/2010, Art. 33, quando da obsolescência destes insumos.

“Art. 33. São obrigados a estruturar e implementar sistemas de logística reversa, mediante retorno dos produtos após o uso pelo consumidor, de forma independente do serviço público de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos, os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de:

I - agrotóxicos, seus resíduos e embalagens;

II - pilhas e baterias;

III - pneus;

IV - óleos lubrificantes, seus resíduos e embalagens;

V - lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio e mercúrio e de luz mista;

VI - produtos eletroeletrônicos e seus componentes”.

4.1.4 Os Critérios Ambientais não serão utilizados como mecanismo de desempate.

4.1.5. Seguir como legislação norteadora o GUIA NACIONAL DE CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEIS da Advocacia Geral da União - AGU/CGU, a Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (Art. 5º), bem como as disposições normativas de caráter ambiental presentes no Guia Prático de Licitações Sustentáveis da CJU/SP, como o registro no Cadastro Técnico Federal – CTF.

4.2. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

4.3. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

5. Modelo de execução do objeto

Condições de Entrega

5.1. A entrega dos gêneros Hortifrutigranjeiro objeto deste contrato será de forma parcelada mensalmente com seu início em Janeiro de 2.025, de acordo com o cronograma de entregas emitido pela contratante.

5.2 Os itens deverão ser entregues observando as características de qualidade de acordo com a natureza de cada um desses detalhadas no edital.

Local da entrega

5.3 Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Rodovia Brigadeiro Faria Lima, SP 326, Km 359,6 Taiúva SP Fone (16) 3247-6261 - Almoarifado da Penitenciária de Taiúva, nos horários da 07horas às 16 horas, com intervalo de refeição das 12 horas às 13 horas.

6. Modelo de gestão do contrato

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da Contratada para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente (caso assim definido pela documentação que compõe a presente contratação), o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s) (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17);

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II);

- 6.7.2. O fiscal técnico realizará, em conformidade com cronograma físico-financeiro, as medições do objeto executado e aprovará a planilha de medição emitida pela contratada (Decreto estadual nº 66.220, de 2023, art.17, III);
- 6.7.3. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto (Decreto estadual nº 66.220, de 2023, art. 17, IV).
- 6.7.4. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Lei federal nº 14.133, de 2021, artigo 117, § 2º).
- 6.7.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II).

Fiscalização Administrativa

- 6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, II e III).
- 6.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, IV).
- 6.8.2. Sempre que solicitado pelo Contratante, a Contratada deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do artigo 116 da Lei federal nº 14.133, de 2021.

Gestor do Contrato

- 6.9. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção dos contratos (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso III do art. 2º).
- 6.10. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, IX).
- 6.11. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, VII).
- 6.12. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VIII).
- 6.13. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VII e parágrafo único).
- 6.14. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. Critérios de medição e pagamento

Recebimento

- 7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- 7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 03 (três) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.
- 7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 05 (cinco) dias úteis.
- 7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela

incontroversa, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, com a comunicação ao contratado para emissão de Nota Fiscal/Fatura no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação nele especificada, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:

7.10.1. o prazo de validade;

7.10.2. a data da emissão;

7.10.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.10.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.10.5. o valor a pagar; e

7.10.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art.

68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.18. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023.

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (artigo 2º, inciso III, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023, c/c o artigo 1º do Decreto estadual nº 32.117, de 1990), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados pro rata temporis, em relação ao atraso verificado

Forma de pagamento

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do contratado no Banco do Brasil S/A.

7.20.1. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do contratado no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do artigo 8º da Lei estadual nº 12.799, 2008.

- 7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 7.22. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.
- 7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 7.23. contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. Critérios de seleção do fornecedor

FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

- 8.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO Forma de fornecimento
- 8.2. O fornecimento do objeto será parcelado, no período de janeiro a abril de 2025.

Exigências de habilitação

- 8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

- 8.4. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- 8.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 8.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt.br/empreendedor>;
- 8.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.
- 8.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
- 8.11. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial, devendo o estatuto estar adequado à Lei federal nº 12.690/2012; documentos de eleição ou designação dos atuais administradores; e registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- 8.12. Agricultor familiar: Cadastro Nacional da Agricultura Familiar – CAF válido, Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – DAP ativa, ou, ainda, outros documentos definidos pelo Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, nos termos do artigo 2º, § 3º, do Decreto nº 11.802, de 28 de novembro de 2023.
- 8.13. Produtor Rural pessoa física: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 2.110, de 17 de outubro de 2022 (artigos 15 a 17 e 146).
- 8.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 8.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 8.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 8.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 8.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

- 8.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 8.20. Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 8.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 8.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

- 8.23. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023), ou de sociedade simples;
- 8.24. Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;
- 8.24.1. Caso o fornecedor esteja em recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser comprovado o acolhimento do plano de recuperação judicial ou a homologação do plano de recuperação extrajudicial, conforme o caso;

Outras comprovações

- 8.25. Tratando-se de consórcio, caso admitida a sua participação:
- 8.25.1. Apresentação do compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito pelos consorciados, o qual deverá incluir, pelo menos, os seguintes elementos:
- a) Designação do consórcio e sua composição;
 - b) Finalidade do consórcio;
 - c) Prazo de duração do consórcio, que deve coincidir, no mínimo, com o prazo de vigência contratual;
 - d) Endereço do consórcio e o foro competente para dirimir eventuais demandas entre os consorciados;
 - e) Definição das obrigações e responsabilidades de cada consorciado e das prestações específicas;
 - f) Previsão de responsabilidade solidária de todos os consorciados pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato, abrangendo também os encargos fiscais, trabalhistas e administrativos referentes ao objeto da contratação;
 - g) Indicação da empresa líder do consórcio e seu respectivo representante legal, que deverá ter poderes para receber citação, interpor e desistir de recursos, firmar a contratação e praticar todos os demais atos necessários à participação na licitação e execução do objeto contratado, sendo responsável pela representação do consórcio perante a Administração;
 - h) Compromisso subscrito pelas consorciadas de que o consórcio não terá a sua composição modificada sem a prévia e expressa anuência do Contratante até o integral cumprimento do objeto da contratação, observado o prazo de duração do consórcio, definido na alínea “c” deste subitem;
- 8.25.2. O licitante vencedor é obrigado a promover, antes da celebração da contratação, a constituição e o registro do consórcio, nos termos de seu compromisso de constituição.

8.25.3. Cada consorciado, individualmente, deverá atender as exigências relativas a habilitação jurídica e habilitação fiscal, social e trabalhista, e a certidão negativa de falência/insolvência. Para efeito de habilitação econômico-financeira e de habilitação técnica, quando exigida, será observado o disposto no inciso III do caput do artigo 15 da Lei federal nº 14.133/2021.

8.25.4. A inabilitação de qualquer consorciado acarretará a automática inabilitação do consórcio.

8.26. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar, para evidenciar a observância do disposto no artigo 16 da Lei federal nº 14.133/2021:

- 8.26.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;
- 8.26.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;
- 8.26.3. Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;
- 8.26.4. Edital de convocação e ata da última assembleia geral, e registro de presença dos cooperados presentes nessa assembleia;
- 8.26.5. Ata da reunião em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;
- 8.26.6. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;
- 8.26.7. Documentação que seja demonstrativa de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados, caso essa circunstância não esteja evidenciada na documentação a ser apresentada para atendimento aos subitens anteriores.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 327.542,00

Valor R\$ 327.542,00 (Quinhentos e vinte e sete mil quinhentos e quarenta e dois reais)

9.1. O custo estimado da contratação não possui caráter sigiloso e público antes de definido o resultado do julgamento das propostas

10. Adequação orçamentária

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no

Orçamento do Estado.

10.2. 1.1. No presente exercício, a contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: 380852 - Penitenciária de Taiúva;

II) Fonte de Recursos: 150010001;

III) Programa de Trabalho: 14421381561390000;

IV) Elemento de Despesa: 339030-10;

V) Plano Interno: *Não de aplica*

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União

Adaptado pelo Estado de São Paulo. Atualização: 10/06/2024

Termo de Referência - Aquisições – Licitação por menor preço ou maior desconto

Aprovado pela Secretaria de Gestão.

Identidade visual pela Secretaria de Gestão

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

RICARDO SAMUEL SCARAMAL

Agente de contratação



Assinou eletronicamente em 06/12/2024 às 18:55:10.

DOUGLAS FERNANDO SEMENZIN GALDINO

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 06/12/2024 às 18:56:20.

Contrato 23/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
23/2024	380852-ESP - PENITENCIÁRIA DE TAIÚVA	JOSE FABIANO MOUTIN	06/12/2024 17:45 (v 1.0)
Status	CONCLUIDO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		006.00456435/2024-21

1. Cláusula primeira - do objeto

MINUTA DE CONTRATO
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
AQUISIÇÕES – LICITAÇÃO

PENITENCIÁRIA DE TAIÚVA

(Processo Administrativo nº 006.00456435/2024-21)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/2024,
CELEBRADO ENTRE O ESTADO DE SÃO PAULO,
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
PENITENCIÁRIA, COORDENADORIA DAS
UNIDADES PRISIONAIS DA REGIÃO NOROESTE
DO ESTADO, POR MEIO DA PENITENCIÁRIA DE
T A I Ú V A , E A
EMPRESA _____

O ESTADO DE SÃO PAULO, SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA, COORDENADORIA DAS UNIDADES PRISIONAIS DA REGIÃO NOROESTE DO ESTADO por intermédio da PENITENCIÁRIA DE TAIÚVA, com sede a Estrada Municipal TAV-227, a 257 metros do retorno da Rodovia Brigadeiro Faria Lima, SP 326, Km 359 + 600m - Taiúva - São Paulo, inscrita no CNPJ sob o nº 96.291.141/0152-92, neste ato representado pelo Diretor Técnico III, o Senhor DOUGLAS FERNANDO SEMENZIN GALDINO, no uso da competência conferida pelo Decreto-Lei Estadual nº 233, de 28 de abril de 1970, e designado pelo Secretário da Administração Penitenciária nos termos dos artigos 80 e 81 da Lei Complementar nº 180 de 12 de maio de 1978 através da Resolução SAP datada de 11 de outubro de 2023, publicada no DOE de 16 de outubro de 2023, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a), inscrito(a) no CNPJ /MF sob o nº, sediado(a) na, doravante designado

CONTRATADO, neste ato representado(a) por (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº. .../....., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de **Gêneros Alimentícios Hortifrutigran com entrega parcelada no período de janeiro a abril de 2.025**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE D E MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						
2						
3						
...						

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.4. A Proposta do contratado;

1.3.5. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. Cláusula segunda - vigência e prorrogação

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de novembro a 31 de dezembro de 2.024, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1. Quando a não conclusão do objeto da contratação decorrer de culpa do Contratado:

2.1.2. O Contratado será constituído em mora, aplicáveis a ele as respectivas sanções administrativas;

2.1.3 O Contratante poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas

admitidas em lei para a continuidade da execução contratual, nos termos do parágrafo único do artigo 111 da Lei federal nº 14.133/2021.

2.1.3. Não obstante o prazo estipulado nesta cláusula, quando ultrapassado o exercício, a vigência nos exercícios subsequentes ao da celebração do contrato estará sujeita a condição resolutiva, consubstanciada esta na inexistência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício para atender as respectivas despesas. Ocorrendo a resolução do contrato, com base na condição estipulada neste item, o Contratado não terá direito a qualquer espécie de indenização.

3. Cláusula terceira - modelos de execução e gestão contratuais

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. Cláusula quarta - subcontratação

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, cessão ou transferência, total ou parcial, do objeto contratado.

5. Cláusula quinta - preço

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

5.1. O valor total da contratação é de R\$ (.....)

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor indicado nesta cláusula é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente demandados, medidos e fornecidos.

5.4. Caso o Contratado seja optante pelo Simples Nacional e, por causa superveniente à contratação, perca as condições de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ou, ainda, torne-se impedido de beneficiar-se desse regime tributário diferenciado por incorrer em alguma das vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderá deixar de cumprir as obrigações avençadas perante a Administração, tampouco requerer o reequilíbrio econômico-financeiro, com base na alegação de que a sua proposta levou em consideração as vantagens daquele regime tributário diferenciado.

6. Cláusula sexta - pagamento

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. Cláusula sétima - reajuste

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 06/12/2024.

8. Cláusula oitava - obrigações do contratante

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Geral do Estado para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.10. A Administração terá o prazo de (30) *trinta dias*, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de (30) *trinta dias*.

8.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. Cláusula nona - obrigações do contratado

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. designar o responsável pelo acompanhamento da execução das atividades e pelos contatos com o contratante;

9.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.4. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.11. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.12. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.14. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.17. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

9.18. A CONTRATADA não poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, tampouco aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, por conta própria ou por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie relacionados de forma direta ou indireta ao objeto deste contrato, o que deve ser observado, ainda, pelos seus prepostos, colaboradores.

9.19. Em atendimento à Lei Federal nº 12.846/2013 e ao Decreto Estadual nº 67.301/2022, a CONTRATADA se compromete a conduzir os seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, abstendo-se de práticas como as seguintes:

9.19.1. prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada;

9.19.2. comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos previstos em Lei;

9.19.3. comprovadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados;

9.19.4. no tocante a licitações e contratos:

9.19.4.1. frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;

9.19.4.2. impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;

9.19.4.3. afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;

9.19.4.4. fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;

9.19.4.5. criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;

9.19.4.6. obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou

9.19.4.7. manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;

9.19.4.8. dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional.

9.20. O descumprimento das obrigações supra mencionadas em seus poderá submeter a CONTRATADA à rescisão unilateral do contrato, a critério da CONTRATANTE, sem prejuízo da aplicação das sanções penais e administrativas cabíveis e, também, da instauração do processo administrativo de responsabilização de que tratam a Lei Federal nº 12.846/2013 e o Decreto Estadual nº 67.301/2022.

9.21. O Contratado obriga-se a não admitir a participação, na execução deste contrato, de:

9.21.1. agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, ou terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica, nos termos dos §§ 1º e 2º do artigo 9º da Lei nº 14.133, de 2021;

9.21.2. pessoa que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos do inciso IV do artigo 14 e/ou parágrafo único do artigo 48 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.21.3. pessoas que se enquadrem nas demais vedações previstas no artigo 14 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.21.4. O Contratado deverá observar a vedação constante do Decreto estadual nº 68.829, de 4 de setembro de 2024.

10. Cláusula décima - garantia de execução

CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

10.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

11. Cláusula décima primeira - infrações e sanções administrativas

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a. der causa à inexecução parcial do contrato;
- b. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c. der causa à inexecução total do contrato;
- d. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

II. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

III. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021);

IV. Multa: A sanção somente será aplicada após regular procedimento administrativo, observado o contraditório e ampla defesa, observadas as seguintes regras nas contratações regidas pela Lei 14.133, de 2021.

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.3.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **30 (trinta)** dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.5. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a). a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.8. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.10 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

12. Cláusula décima segunda - da extinção contratual

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

12.1. O contrato poderá ser extinto na forma, pelos motivos e com as consequências previstos nos artigos 137 a 139 e 155 a 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.1.1. O Contratado reconhece desde já os direitos do Contratante nos casos de extinção por ato unilateral da Administração, prevista no artigo 138 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.1.2. O contrato poderá ser extinto por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, devendo a extinção ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.1.3. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção contratual se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.1.3.1. Se a operação societária de que trata este subitem implicar mudança em pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizada alteração subjetiva por termo aditivo.

12.2. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido da indicação de: 12.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos; 12.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.2.3. Indenizações e multas.

12.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento de eventual desequilíbrio econômico financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4. Se for constatada irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, caso não seja possível o saneamento, a decisão pelo Contratante sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, observado o disposto nos artigos 147 a 149 da Lei nº 14.133, de 2021, conferindo-se ao Contratado oportunidade para prévia manifestação e participação na instrução.

13. Cláusula décima terceira - dotação orçamentária

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

13.1.1. Gestão/Unidade: Penitenciária de Taiúva

13.1.2. Fonte de Recursos: 150010001

13.1.3. Programa de Trabalho: 14.421.3815.6139.0000

13.1.4. Elemento de Despesa: 339030-10

13.1.5. Plano Interno: Não se aplica

13.1.6. Nota de Empenho:

14. Cláusula décima quarta - dos casos omissos

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. Cláusula décima quinta - alterações

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

16. Cláusula décima sexta - publicação

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, § 2º, da Lei nº 12.527, de 2011, c/c art. 22 do Decreto estadual nº 68.155, de 2023.

17. Cláusula décima sétima - foro

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO (art. 92, §1º)

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Taiúva, _____, de _____ de 2024.

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

18. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

RICARDO SAMUEL SCARAMAL

Agente de contratação

DOUGLAS FERNANDO SEMENZIN GALDINO

Autoridade competente



DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Publicado na Edição de 26 de abril de 2024 | Caderno Executivo | Seção Atos Normativos

RESOLUÇÃO SAP N.º 49/2024, DE 17/4/2024 - RETIFICADA

RESOLUÇÃO SAP n.º 49/2024

Dispõe e regulamenta os procedimentos sancionatórios no âmbito da Secretaria da Administração Penitenciária e dá providências correlatas.

O Secretário da Administração Penitenciária, no exercício de suas atribuições legais, e considerando as alterações introduzidas pela Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021 (LLCA), às contratações públicas, bem como, a necessidade de adequar os processos sancionatórios ao que dispõem os artigos 155 a 163 do referido diploma legal, resolve:

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1º - A aplicação de sanções aos licitantes e contratados, em decorrência de infrações cometidas em procedimentos licitatórios, em contratações administrativas e em outros ajustes regidos pela Lei n.º 14.133/21 (LLCA), deverá obedecer ao disposto nesta Resolução.

Artigo 2º - O licitante ou contratado, ou quem mantenha vínculo obrigacional para com o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria da Administração Penitenciária, que incidir nas infrações relacionadas no artigo 155 da LLCA, ficará sujeito às sanções administrativas do artigo 156 do mesmo diploma legal.

Parágrafo único - Em caso de atraso injustificado, a multa de mora será aplicada de acordo com os parâmetros também fixados nesta Resolução em disposição própria.

Artigo 3º - Serão aplicadas as seguintes sanções administrativas:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Direta, Autarquias e Fundações do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

§ 1º - A multa será aplicada nos casos de atraso injustificado na execução do contrato e na inexecução parcial ou total do contrato.

§ 2º - A aplicação das sanções previstas neste artigo não exclui a obrigação de reparação integral dos danos causados, devidamente apurado.

§ 3º - As sanções previstas nos incisos I, III e IV deste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

Artigo 4º - Na aplicação das sanções a que se refere o artigo 3º, serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida, bem como, os danos que dela provierem para o contratante;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme as normas e orientações dos órgãos de controle.

§ 1º - São consideradas circunstâncias agravantes na aplicação da sanção:

1. a existência de registro do licitante ou contratado no E-Sanções ou na Relação de Apenados do TCESP, em vigência no momento do cometimento da infração, em decorrência de penalidade aplicada no âmbito da Secretaria da Administração Penitenciária, nos 12 (doze) meses anteriores ao fato ensejador da sanção;

2. a desclassificação ou inabilitação por descumprimento das exigências do edital, quando for notória a impossibilidade de atendimento ao estabelecido;

3. a inércia deliberada do licitante ou do contratado em face das diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório ou o inadimplemento de obrigações contratuais;

4. a falsidade de declaração, apresentada pelo licitante, de que é beneficiário de tratamento diferenciado concedido em legislação específica;

5. a reincidência na infração;

6. a imprescindibilidade do bem ou serviço contratado para o funcionamento de serviços públicos ou satisfação de necessidade coletiva.

§ 2º - São circunstâncias atenuantes da sanção:

1. a falha escusável do licitante ou contratado;

2. a apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído o licitante ou o contratado e que não sejam de fácil identificação por estes últimos;

3. a juntada de documentação que, embora não tenha atendido às exigências do edital, foi encaminhada de forma equivocada, sem indício de dolo;

4. a adoção de medidas destinadas a mitigar os efeitos danosos da conduta infracional.

CAPÍTULO II DAS SANÇÕES

Seção I – Da Advertência

Artigo 5º - A advertência será aplicada ao contratado que der causa à inexecução parcial do contrato, da qual não advenha grave dano à Administração, que justifique a imposição de penalidade mais grave.

Seção II – Da Multa

Artigo 6º - A multa prevista no inciso II do artigo 156, aplicável ao contratado ou licitante por qualquer das infrações administrativas previstas no artigo 155, ambos da LLCA, será calculada na forma desta Resolução ou na forma de eventual previsão específica distinta no edital ou no contrato, e não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

Artigo 7º - A inexecução parcial do ajuste sujeitará o contratado à multa, na seguinte conformidade:

I - No caso de obras e serviços de engenharia, 20% (vinte por cento) do saldo contratual não realizado;

II - No caso de aquisição de bens ou de contratação de prestação de serviços não contínuos, 15% (quinze por cento) do saldo contratual não realizado;

III - No caso de prestação de serviços contínuos, 30% (trinta por cento) por dia de inexecução, calculado sobre o valor diário do contrato.

Artigo 8º - A inexecução total do ajuste sujeitará o contratado à multa, na seguinte conformidade:

I - No caso de obras e serviços de engenharia e prestação de serviços contínuos, 10% (dez por cento) do valor do contrato;

II - No caso de aquisição de bens ou de contratação de prestação de serviços não contínuos, 30% (trinta por cento) do valor do contrato.

Artigo 9º - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se à aplicação de multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato, além da sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração pelo prazo máximo de 3 (três) anos, e ainda, se for o caso, da imediata perda da garantia de proposta.

Artigo 10 - O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, nos termos do artigo 162 da LLCA, calculada sobre o valor da obrigação não cumprida, a partir do primeiro dia útil subsequente ao término do prazo estipulado, na seguinte conformidade:

I - no caso de aquisição de bens ou de prestação de serviços não contínuos:

a) 0,5% (meio por cento) ao dia, para atraso de até 15 (quinze) dias;

b) 1% (um por cento) ao dia, a partir do 16º (décimo sexto) ao 30º (trigésimo) dia, aplicada em acréscimo à da alínea "a" supra;

c) Após 30 (trinta) dias, fica caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato, conforme o caso.

II - no caso de prestação de serviços contínuos, 30% (trinta por cento), calculados sobre o valor diário do contrato. Após 30 (trinta) dias, fica caracterizada a inexecução do contrato, sem prejuízo de que tal caracterização reste constada pela Administração em lapso temporal inferior, dadas as características do serviço prestado.

III - no caso de obras e serviços de engenharia, 1% (um por cento) na primeira ocorrência e 2% (dois por cento) quando houver reincidência, calculados sobre o valor correspondente ao saldo contratual não realizado.

Parágrafo único – Na contagem dos prazos referidos nos incisos I e II deste artigo serão considerados dias corridos.

Artigo 11 - A multa de mora poderá ser convertida em compensatória e promovida a extinção unilateral do contrato, com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Resolução.

Artigo 12 - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pelo contratante ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, se for o caso, ou cobrada judicialmente.

Artigo 13 - Fica dispensada a instauração de processo administrativo sancionatório quando for constatado que a multa a ser imposta à contratada é irrisória.

Parágrafo único - Para os efeitos desta Resolução, é considerado irrisório o valor de multa igual ou inferior a 5 (cinco) UFESP, vigente para o exercício financeiro.

Artigo 14 - É obrigatória a instauração de processo administrativo sancionatório, mesmo para a hipótese de multa com valor irrisório:

I - em caso de constatação de conduta que, em tese, possa ensejar a aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e/ou declaração de inidoneidade ao contratado.

Artigo 15 - A dispensa referida no artigo 13 desta Resolução deve ser motivada pela autoridade competente para a sua aplicação e instruída com cálculo do valor da multa em tese cabível, possibilitando conferência pelos órgãos de controle, se o caso.

Artigo 16 - Os bens não aceitos e as obras ou serviços executados em desacordo com o estipulado deverão ser substituídos ou corrigidos dentro do prazo fixado pela contratante, em Edital e/ou Contrato, contado do recebimento da comunicação da recusa.

§ 1º - O pedido de prorrogação para entrega ou execução do objeto deverá ser apresentado, com a devida justificativa, antes do término do respectivo prazo.

§ 2º - A ausência de regularização do objeto dentro do prazo determinado ensejará a aplicação das sanções previstas nesta Resolução, considerando-se a mora a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estabelecido.

Seção III – Do Impedimento de Licitar e Contratar

Artigo 17 - A sanção de impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração será aplicada ao contratado ou licitante pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII, do “caput” do artigo 155 da LLCA, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, pelos seguintes prazos:

I - por 3 (três) meses, no caso de infração prevista no inciso IV do artigo 155;

II - por 6 (seis) meses, no caso de infrações previstas nos incisos V a VII do artigo 155;

III - por 1 (um) ano, no caso de infração prevista no inciso II do artigo 155;

IV - por 2 (dois) anos, no caso de infração prevista no inciso III do artigo 155;

Parágrafo único – Os prazos de que trata este artigo poderão ser reduzidos ou majorados, neste último caso até o prazo máximo de 3 (três) anos, à vista de circunstâncias atenuantes ou agravantes.

Seção IV – Da Declaração de Inidoneidade

Artigo 18 - A sanção de declaração de inidoneidade será aplicada ao contratado ou licitante pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII a XII do “caput” do artigo 155 da LLCA, bem como, se estiver justificada a imposição de penalidade mais grave por aquelas previstas nos incisos II a VII do “caput” do mesmo artigo, e impedirá o sancionado de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

§ 1º - O prazo a que alude o “caput” deste artigo poderá ser reduzido ou majorado, à vista de circunstâncias atenuantes ou agravantes, respeitando o mínimo de 3 (três) anos e o máximo de 6 (seis) anos, nos termos do § 5º, do artigo 156, da LLCA.

§ 2º - Para os fins do inciso X do “caput” do artigo 155 da LLCA (“comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza”), considera-se comportamento inidôneo a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame ou do contrato, bem como o cometimento de fraude de qualquer natureza.

CAPÍTULO III DO PROCEDIMENTO SANCIONATÓRIO

Artigo 19 - A instauração de processo sancionatório se dará mediante comunicação do gestor, ou de quem tenha a responsabilidade pelo acompanhamento da execução contratual, à autoridade competente visando a iniciação do procedimento.

Parágrafo único - Os emitentes das garantias exigidas no contrato deverão ser notificados quando do início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, nos

termos do § 4º, do artigo 137, da LLCA.

Artigo 20 - Na aplicação das sanções previstas nos incisos I e II, do artigo 3º, desta Resolução, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de sua intimação, garantindo o direito ao contraditório e ampla defesa.

Parágrafo único - Se na instrução do processo sancionatório estiverem presentes indícios que também recomendem, desde logo, a rescisão unilateral do contrato, deverá o contratado ser comunicado de ambas as consequências da infração constada, para exercer seu direito de defesa.

Artigo 21 - A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV, do artigo 3º, desta Resolução, requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados da intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

§ 1º - Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação.

§ 2º - Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

§ 3º - Finalizada a produção de provas ou expirado o prazo para alegações finais, a comissão elaborará relatório pormenorizado dos fatos no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis.

§ 4º - Os processos sancionatórios deverão ser remetidos, após o término da fase de instrução à autoridade competente para fins de avaliação do seu processamento e eventual análise jurídica.

Artigo 22 - Da decisão da autoridade competente que aplicar as sanções de advertência, multa ou impedimento de licitar e contratar, caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da intimação.

Artigo 23 - O recurso deverá ser dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, sendo que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis contados do recebimento dos autos.

Artigo 24 - A aplicação da sanção estabelecida no inciso IV, do artigo 3º, desta Resolução (declaração de inidoneidade para licitar) é de competência exclusiva da autoridade máxima do órgão, e será precedida de análise pelo órgão jurídico da Pasta.

Artigo 25 - Da decisão que aplicar a sanção de inidoneidade para licitar e contratar, caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contados do seu recebimento.

Artigo 26 - A imposição das sanções previstas nesta Resolução não impede a propositura de ação judicial com vista à reparação integral do dano causado.

Artigo 27 - O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida, até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

Parágrafo único - Na elaboração de suas decisões, a autoridade competente será auxiliada pelo órgão de assessoramento jurídico, que deverá dirimir dúvidas e subsidiá-la com as informações necessárias.

Artigo 28 - A intimação dos atos relativos à aplicação de sanções será feita mediante expedição de ofício ao(s) representante(s) relacionado(s) no contrato, conforme o caso, por meio do endereço eletrônico nele indicados, que deve ser mantido atualizado para os fins a que se destina.

§ 1º - Resultando infrutífera a intimação a que refere o “caput” deste artigo, será esta efetuada por meio de publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

§ 2º - Nos processos eletrônicos as comunicações dos atos oficiais serão realizadas por meio das funcionalidades existentes no Sistema Eletrônico de Informações – SEI ou em outro que venha a substituí-lo.

Artigo 29 - Decorridos 30 (trinta) dias da notificação para recolhimento da multa, não ocorrendo a quitação, serão adotadas as medidas para o registro do devedor no Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais (CADIN) e a inscrição do débito na Dívida Ativa do Estado para cobrança judicial.

Artigo 30 - A prescrição para aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV, do artigo 3º, desta Resolução, ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

I - interrompida, pela instauração do processo de responsabilidade a que refere o caput do artigo 21;

II - suspensão, pela celebração de acordo de leniência, previsto na Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013;

III - suspensão, por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

Artigo 31 - Encerrada a instância administrativa, as sanções deverão ser registradas no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado de São Paulo (CAUFESP), no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), bem como, conforme o caso, comunicadas as autoridades competentes, para fins de anotações nos demais cadastros de controle, dentro do prazo legal de 15 (quinze) dias úteis.

Artigo 32 - Aplica-se na contagem dos prazos previstos nesta Resolução o disposto no artigo 183, da LLCA.

CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 33 - A presente Resolução deverá integrar, obrigatoriamente, como anexo, os instrumentos convocatórios de licitação, os contratos e os instrumentos equivalentes, inclusive nas hipóteses de dispensa ou inexigibilidade de licitação.

Artigo 34 - Ficam revogadas as Resoluções SAP 6/2007, 7/2007 e 78/2022, permanecendo aplicáveis aos contratos quando vigentes, quando constar remissão expressa em suas disposições.

Artigo 35 - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos em relação aos certames e contratos regidos pela Lei Federal n.º 14.133/21.

(Republicado por ter saído com incorreção na redação do Inciso I, do Artigo 30, na publicação anterior)

(SEI-006.00056884/2024-73).

MODELO DE PLANILHA DE PROPOSTA

PROCESSO SEI Nº _____.
PREGÃO Nº ____/2024.

ITEM	MATERIAL	MARCA	FABRICANTE	UNID. FORNEC.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01						
02						
03						
(....)						

-Validade da proposta: 60 (sessenta) dias.

(local e data)

(Nome e assinatura do representante legal)

MODELO DE DECLARAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

Eu, _____, portador do CPF nº _____, na condição de representante legal de _____, (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº __/__/__, Processo nº __/__/__, DECLARO, sob as penas da Lei, que o licitante:

A) Cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do parágrafo único do artigo 117 da Constituição Estadual; e

B) Atenderá, na data da contratação, ao disposto no artigo 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no artigo 5º-D, ambos da Lei Federal nº6.019/1974, com redação dada pela Lei Federal nº13.467/2017, quando o caso.

(local e data)

(Nome e assinatura do representante legal)

1 - Itens da Licitação

Local de Entrega (Quantidade): Taiúva/SP (100)

5 - Fruta

Descrição Detalhada: Fruta Tipo: Banana Nanica / Banana D'Água, Apresentação: Natural

Tratamento Diferenciado: Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP/Cooperativas.

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Quantidade Total: 6000

Critério de Julgamento: Menor Preço Critério de Valor: Valor Estimado

Valor Total (R\$): 22.800,00

Unidade de Fornecimento: Quilograma

Intervalo Mínimo entre Lances (R\$): 0,02

Local de Entrega (Quantidade): Taiúva/SP (6000)

6 - Legume In Natura

Descrição Detalhada: Legume In Natura Tipo: Batata Inglesa

Tratamento Diferenciado: Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP/Cooperativas.

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Quantidade Total: 10000

Critério de Julgamento: Menor Preço Critério de Valor: Valor Estimado

Valor Total (R\$): 35.400,00

Unidade de Fornecimento: Quilograma

Intervalo Mínimo entre Lances (R\$): 0,02

Local de Entrega (Quantidade): Taiúva/SP (10000)

7 - Legume In Natura

Descrição Detalhada: Legume In Natura Tipo: Batata Doce

Tratamento Diferenciado: Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP/Cooperativas.

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Quantidade Total: 5000

Critério de Julgamento: Menor Preço Critério de Valor: Valor Estimado

Valor Total (R\$): 19.875,00

Unidade de Fornecimento: Quilograma

Intervalo Mínimo entre Lances (R\$): 0,02

Local de Entrega (Quantidade): Taiúva/SP (5000)

8 - Legume In Natura

Descrição Detalhada: Legume In Natura Tipo: Beterraba

Tratamento Diferenciado: Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP/Cooperativas.

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Quantidade Total: 3600

Critério de Julgamento: Menor Preço Critério de Valor: Valor Estimado

Valor Total (R\$): 13.770,00

Unidade de Fornecimento: Quilograma

Intervalo Mínimo entre Lances (R\$): 0,02

Local de Entrega (Quantidade): Taiúva/SP (3600)

9 - Legume In Natura

Descrição Detalhada: Legume In Natura Tipo: Cebola Branca

Tratamento Diferenciado: Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP/Cooperativas.

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Quantidade Total: 3800

Critério de Julgamento: Menor Preço Critério de Valor: Valor Estimado

Valor Total (R\$): 19.893,00

Unidade de Fornecimento: Quilograma

Intervalo Mínimo entre Lances (R\$): 0,02

Local de Entrega (Quantidade): Taiúva/SP (3800)

10 - Legume In Natura

Descrição Detalhada: Legume In Natura Tipo: Cenoura

Tratamento Diferenciado: Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP/Cooperativas.

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Quantidade Total: 3600

Critério de Julgamento: Menor Preço

Critério de Valor:

Valor Estimado

Valor Total (R\$): 14.220,00

Unidade de Fornecimento: Quilograma

Intervalo Mínimo entre Lances (R\$): 0,02

Local de Entrega (Quantidade): Taiúva/SP (3600)

11 - Legume In Natura

Descrição Detalhada: Legume In Natura Tipo: Chuchu Verde

Tratamento Diferenciado: Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP/Cooperativas.

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Quantidade Total: 3200

Critério de Julgamento: Menor Preço

Critério de Valor:

Valor Estimado

Valor Total (R\$): 6.368,00

Unidade de Fornecimento: Quilograma

Intervalo Mínimo entre Lances (R\$): 0,02

Local de Entrega (Quantidade): Taiúva/SP (3200)

12 - Fruta

Descrição Detalhada: Fruta Tipo: Laranja Pera, Apresentação: Natural

Tratamento Diferenciado: Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP/Cooperativas.

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Quantidade Total: 7000

Critério de Julgamento: Menor Preço

Critério de Valor:

Valor Estimado

Valor Total (R\$): 28.000,00

Unidade de Fornecimento: Quilograma

Intervalo Mínimo entre Lances (R\$): 0,02

Local de Entrega (Quantidade): Taiúva/SP (7000)

13 - Fruta

Descrição Detalhada: Fruta Tipo: Limão Taiti, Apresentação: Natural

Tratamento Diferenciado: Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP/Cooperativas.

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Quantidade Total: 1000

Critério de Julgamento: Menor Preço

Critério de Valor:

Valor Estimado

Valor Total (R\$): 4.495,00

Unidade de Fornecimento: Quilograma

Intervalo Mínimo entre Lances (R\$): 0,02

Local de Entrega (Quantidade): Taiúva/SP (1000)

14 - Legume In Natura

Descrição Detalhada: Legume In Natura Tipo: Mandioca / Aipim

Tratamento Diferenciado: Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP/Cooperativas.

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Quantidade Total: 3000

Critério de Julgamento: Menor Preço

Critério de Valor:

Valor Estimado

Valor Total (R\$): 16.440,00

Unidade de Fornecimento: Quilograma

Intervalo Mínimo entre Lances (R\$): 0,02

Local de Entrega (Quantidade): Taiúva/SP (3000)

15 - Fruta

Descrição Detalhada: Fruta Tipo: Melancia Vermelha, Apresentação: Natural

Tratamento Diferenciado: Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP/Cooperativas.

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Quantidade Total: 5000

Critério de Julgamento: Menor Preço **Critério de Valor:** Valor Estimado

Valor Total (R\$): 12.425,00

Unidade de Fornecimento: Quilograma

Intervalo Mínimo entre Lances (R\$): 0,02

Local de Entrega (Quantidade): Taiúva/SP (5000)

16 - Ovo

Descrição Detalhada: Ovo Origem: Galinha, Grupo: Branco, Classe: A, Tipo: Médio

Tratamento Diferenciado: Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP/Cooperativas.

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Quantidade Total: 2400

Critério de Julgamento: Menor Preço **Critério de Valor:** Valor Estimado

Valor Total (R\$): 15.456,00

Unidade de Fornecimento: Bandeja 12,00 UN

Intervalo Mínimo entre Lances (R\$): 0,02

Local de Entrega (Quantidade): Taiúva/SP (2400)

17 - Verdura In Natura

Descrição Detalhada: Verdura In Natura Tipo: Repolho Branco / Verde

Tratamento Diferenciado: Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP/Cooperativas.

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Quantidade Total: 4000

Critério de Julgamento: Menor Preço **Critério de Valor:** Valor Estimado

Valor Total (R\$): 16.160,00

Unidade de Fornecimento: Quilograma

Intervalo Mínimo entre Lances (R\$): 0,02

Local de Entrega (Quantidade): Taiúva/SP (4000)

18 - Legume In Natura

Descrição Detalhada: Legume In Natura Tipo: Tomate Salada

Tratamento Diferenciado: Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP/Cooperativas.

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Quantidade Total: 3200

Critério de Julgamento: Menor Preço **Critério de Valor:** Valor Estimado

Valor Total (R\$): 18.176,00

Unidade de Fornecimento: Quilograma

Intervalo Mínimo entre Lances (R\$): 0,02

Local de Entrega (Quantidade): Taiúva/SP (3200)

19 - Fruta

Descrição Detalhada: Fruta Tipo: Maçã Gala, Apresentação: Natural

Tratamento Diferenciado: Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP/Cooperativas.

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Quantidade Total: 2500

Critério de Julgamento: Menor Preço **Critério de Valor:** Valor Estimado

Valor Total (R\$): 21.375,00

Unidade de Fornecimento: Quilograma

Intervalo Mínimo entre Lances (R\$): 0,02

Local de Entrega (Quantidade): Taiúva/SP (2500)

20 - Legume In Natura

Descrição Detalhada: Legume In Natura Tipo: Pimentão Verde

Tratamento Diferenciado: Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP/Cooperativas.

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Quantidade Total: 250

Critério de Julgamento:	Menor Preço	Critério de Valor:	Valor Estimado
--------------------------------	-------------	---------------------------	----------------

Valor Total (R\$): 1.865,00

Unidade de Fornecimento: Quilograma

Intervalo Mínimo entre Lances (R\$): 0,02

Local de Entrega (Quantidade): Taiúva/SP (250)

21 - Legume In Natura

Descrição Detalhada: Legume In Natura Tipo 1: Tomate Rasteiro

Tratamento Diferenciado: Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP/Cooperativas.

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Quantidade Total: 3200

Critério de Julgamento:	Menor Preço	Critério de Valor:	Valor Estimado
--------------------------------	-------------	---------------------------	----------------

Valor Total (R\$): 17.952,00

Unidade de Fornecimento: Quilograma

Intervalo Mínimo entre Lances (R\$): 0,02

Local de Entrega (Quantidade): Taiúva/SP (3200)

22 - Ovo

Descrição Detalhada: Ovo Origem: Galinha, Grupo: Branco, Classe: A, Tipo: Grande

Tratamento Diferenciado: Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP/Cooperativas.

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Quantidade Total: 4500

Critério de Julgamento:	Menor Preço	Critério de Valor:	Valor Estimado
--------------------------------	-------------	---------------------------	----------------

Valor Total (R\$): 22.342,50

Unidade de Fornecimento: Bandeja 12,00 UN

Intervalo Mínimo entre Lances (R\$): 0,02

Local de Entrega (Quantidade): Taiúva/SP (4500)